

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2022-2025

APROVADO PELO CMAS EM 15/09/2022



MAUÁ/SP

PREFEITURA DE MAUÁ

**SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORGANIZAÇÃO:

Gabinete da Secretaria de Assistência Social;
Coordenadoria de Gestão do SUAS;
Divisão de Vigilância Socioassistencial

COLABORAÇÃO:

Equipe de Assessoria de Gabinete
Equipe da Divisão de Vigilância Socioassistencial
Equipe da Gerência de Proteção Social Básica
Equipe da Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade
Equipe da Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Equipe da Gerência Administrativa e Financeira
Equipe da Divisão de Secretaria-Executiva de Conselhos
Equipe da Divisão de Recursos Humanos
Equipe da Divisão de Projetos, Contratos e Convênios
Equipe de Divisão Orçamentária e Financeira
Equipe da Central de Cadastro Único

AGRADECIMENTOS:

À Secretária Xênia Pedrosa de Sousa Díspre pelo apoio e a cada uma e cada um que contribuiu nesta construção.

DELIBERAÇÃO DO PLANO PELO CONSELHO – CMAS**Aprovação do Plano Municipal de Assistência Social pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Mauá**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mauá – SP, instituído através da Lei nº 2.771 de 12/09/1997, alterada pela Lei 4.944 de 05/05/2014, em conformidade com a reunião ordinária realizada em 15 de setembro de 2022 registrada na ata nº 82/22, aprovou o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS para o período 2022 – 2025, através da ata e Resolução CMAS nº 109 de 15 de setembro de 2022.

SIGLÁRIO

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC –Alta Complexidade
BE – Benefícios Eventuais
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CMI – Conselho Municipal do Idoso
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT – Conselho Tutelar
DRADS – Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FSS – Fundo Social de Solidariedade
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IGD – Índice de Gestão Descentralizada
ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos
IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MC – Média Complexidade
MSE – Medida socioeducativa
OSC – Organizações da Sociedade Civil
PAEFI – Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias
PIB – Produto Interno Bruto
PMAS – Plano Municipal de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PSB – Proteção Social Básica
PSE – Proteção Social Especial
RI – Residência Inclusiva
SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SPE PcD e Idosos – Serviço de Proteção Especial para Pessoa com Deficiência e Idosos
SPS – Secretaria de Assistência Social
SSP – Secretaria de Segurança Pública
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

DELIBERAÇÃO DO PLANO PELO CONSELHO – CMAS.....	3
SIGLÁRIO.....	4
SUMÁRIO.....	5
1. APRESENTAÇÃO DO PLANO.....	7
2. IDENTIFICAÇÃO.....	9
2.1. Identificação da Prefeitura:.....	9
2.2. Identificação do Órgão Gestor.....	9
2.3. Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.....	10
2.4. Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.....	10
2.5. Outros Conselhos existentes no município:.....	10
2.6. Estrutura e Recursos Humanos do Órgão Gestor.....	11
a) ORGANOGRAMA DO ÓRGÃO GESTOR.....	11
3. INTRODUÇÃO.....	12
4. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.....	14
4.1. Território e demografia.....	14
4.2. População e Vulnerabilidade.....	16
4.3. Evolução da Rede de Atendimento.....	18
4.4. Situação de vulnerabilidade.....	19
4.5. Interfaces com outras políticas públicas.....	21
4.6. Análise e Interpretação.....	23
5. OBJETIVOS.....	26
5.1. Geral.....	26
5.2. Específicos.....	26
6. DIRETRIZES.....	27
7. AÇÕES E ESTRATÉGIAS CORRESPONDENTES PARA IMPLEMENTAR.....	29
8. METAS ESTABELECIDAS.....	39
9. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS.....	42
10. RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS.....	46
11. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO.....	58
12. COBERTURA E PREVISÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS.....	61

12.1. REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS.....	61
a) REDE DIRETA.....	61
b) REDE INDIRETA.....	63
12.2. PROGRAMAS.....	64
12.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS.....	64
12.4. BENEFÍCIOS CONTINUADOS.....	64
13. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	65
14. ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO.....	77
15. REFERÊNCIAS:.....	89
16. ANEXO: RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO PLANO.....	91

1. APRESENTAÇÃO DO PLANO

O processo de elaboração deste plano foi iniciado em Dezembro de 2021, pela Coordenação da Gestão do SUAS e pela Divisão de Vigilância Socioassistencial, com objetivo de listar, atualizar dados e organizar informações relevantes para uma projeção de diagnóstico mais perto da realidade atual do município. Ressalta-se que a não realização do Censo Demográfico em 2020 pelo IBGE limitou-nos a trabalhar com dados estimativos, auxiliados pela Secretaria de Planejamento Urbano. Na expectativa de realização do Censo em 2022, haverá a necessidade em momento oportuno de efetuarmos a atualização de dados e diagnóstico socioterritorial.

Procedemos a uma releitura do plano que encerrou sua vigência em 2021 e, analisando sua estrutura e conteúdo, consideramos que desenvolvendo um processo de revisão e atualização do mesmo, isto nos levaria à construção do Plano Municipal de Assistência Social para o período de 2022 a 2025. Como os objetivos e diretrizes se mantêm atuais por estarem em sintonia com o II Plano Decenal, com vigência até 2026, se justifica a metodologia proposta.

Analisamos também o quadro de ações estratégicas do plano que encerrou sua vigência e decidimos pela construção do presente plano, traçando o seguinte percurso:

- ✓ Seleção das ações correspondentes a cada gerência e ou departamento.
- ✓ Avaliação desta seleção por gerência e ou departamento, com suas respectivas equipes. A avaliação considerou o quadro de ações estratégicas referentes ao plano 2018-2021, atentando para os seguintes itens:
 - Realização da ação;
 - Necessidade de sua manutenção ou não;
 - Novas ações a considerar, apresentando os devidos desafios e justificativas.

Assim, produzimos um quadro atualizado de ações estratégicas pertinentes a cada gerência e ou departamento.

Este quadro foi tabulado e, em devolutiva, foi analisado em seu todo. Após, realizamos encontro com as pessoas envolvidas no processo para a conclusão do mesmo, observando ser este quadro o cerne deste plano.

Após efetuadas as devidas adequações a versão final do plano municipal de Assistência Social foi apresentada e debatida com o grupo de gerentes das Proteções Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidade, Coordenadores dos Serviços e responsáveis por Departamentos e Divisões; em reunião ocorrida em 09/09/2022 no CREAS Bocaina.

O plano foi apresentado ao CMAS em reunião extraordinária ocorrida em 19/09/2022 que após considerações e debates, deliberou pela aprovação do mesmo. Reunião ocorrida no CREAS Bocaina.

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1. Identificação da Prefeitura:

CNPJ: 46.522.959/0001-98

Endereço: Av. João Ramalho, 205, Vila Noêmia.

Telefones: (11) 4512-7500

E-mail: prefeito@maua.sp.gov.br

Nº de habitantes: 417.064

Porte: Grande – de 100.001 a 900.000

Gestão: Plena

Data da última publicação de nível de gestão no DOE: 22/06/2012

Gestor: Francisco Marcelo de Oliveira

Mandato: 01/01/2021 A 31/12/2024

2.2. Identificação do Órgão Gestor

Órgão Gestor: Secretaria de Assistência Social – SPS

Endereço: Rua Campos Sales, 289, Vila Bocaina, CEP-09310-040

Telefone: (11)4512-7732

E-mail: promocaosocial@maua.sp.gov.br

Lei de Criação do Órgão Gestor: 4412/09

Data de Publicação: 05/01/2009

Houve alteração na lei de criação: 5210/2017

Data de Publicação: 03/05/2017

Secretária: Xênia Pedrosa de Sousa Dís pore

Gestão: iniciada em 01/01/2021

Formação: Superior completo

Portaria de nomeação: 59.541 de 04/01/2021

2.3. Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Presidente: Mônica Célia Gonçalves Barbosa Martins

Decreto de nomeação:- Decreto nº 8.845, de 23 de fevereiro de 2021.

Mandato: De 2021 à 2023

Representação: Representantes governamentais: 8 (titulares) e 8 (suplentes)
Representantes da sociedade civil: 8 (titulares) e 8 (suplentes)

Endereço: Rua Campos Sales, 289, Vila Bocaina, CEP-09310-040

Telefone: (11)4512-7732

E-mail do CMAS: conselhos.maua@gmail.com

Secretaria-Executiva/ Técnico responsável: Ivete Elias – Psicóloga

Corpo técnico da secretaria-executiva do CMAS: 02 trabalhadores

Corpo administrativo da Secretaria-Executiva do CMAS: 02 trabalhadores

Lei de criação do CMAS: 2771 de 12/09/1997 **Alteração:** Lei 4944 de 05/05/2014

2.4. Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

CNPJ: 97.544.623/0001-67

Lei de criação do FMAS: 2771/1997

Data de publicação: 12/09/1997

FMAS está legalmente regulamentado: SIM

Decreto: 5751 de 24/10/1997

FMAS constitui-se como unidade orçamentária? SIM

Houve alteração na Lei de criação? SIM

Nº da Lei: 7635 de 27/10/2011

Gestor do FMAS: Secretária de Assistência Social – Xênia Pedrosa de Sousa Dísposre

2.5. Outros Conselhos existentes no município:

- 3 Conselhos tutelares
- Conselho Municipal do Idoso – CMI
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

2.6. Estrutura e Recursos Humanos do Órgão Gestor

a) ORGANOGRAMA DO ÓRGÃO GESTOR ¹

- I. SECRETARIA ADJUNTA;
- II. ASSESSORIA ESPECIAL;
- III. ASSESSORIA DE GABINETE;
- IV. ASSESSORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS;
- V. APOIO ADMINISTRATIVO;
- VI. DIVISÃO DE SECRETARIA-EXECUTIVA DE CONSELHOS;
- VII. COORDENADORIA DE GESTÃO DO SUAS:
 - A. Divisão de Vigilância Socioassistencial.
- VIII. GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA;
 - A. Divisão de Gestão de Equipamentos:
 - 1. Equipamento Bombeiro Mirim;
 - 2. Equipamento ACESSUAS.
- IX. GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE;
 - A. Divisão de Gestão de Equipamentos:
 - 1. Equipamento Centro POP.
- X. GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE:
 - A. Divisão de Gestão de Equipamentos:
 - 1. Equipamento Residência Inclusiva;
 - 2. Equipamento Acolhimento de Idosos;
 - 3. Equipamento Acolhimento Institucional de Pessoas em Situação de Rua;
 - 4. Equipamento Acolhimento de Criança e Adolescente.
- XI. GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
 - A. Divisão de Projetos, Contratos e Convênios;
 - B. Divisão de Recursos Humanos;
 - C. Divisão Orçamentária e Financeira.
- XII. GERÊNCIA DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA:
 - A. Divisão de Cadastro Único;
- XIII. NÚCLEO DE GESTÃO DE ATENDIMENTO
- XIV. FUNDO SOCIAL DA SOLIDARIEDADE:
 - A. Assessoria Especial;
 - B. Coordenadoria do Fundo Social da Solidariedade:
 - 1. Divisão de Eventos;
 - 2. Divisão de Entidades Assistenciais.
- XV. CREAS²;
- XVI. CRAS³

1 Conforme Lei Municipal 5210 de 18/04/17, alterada pela lei 5290, de 14/12/2017

2 CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

3 CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

3. INTRODUÇÃO

Impactados por uma crise política, econômica, social e sanitária, que coloca em risco social milhões de brasileiros, vivenciamos os impactos da pandemia do COVID-19: o desemprego, a fome, o despejo, a violência, a intolerância, o preconceito, o ataque aos direitos civis, humanos e sociais. Entre tantos desafios para a Política de Assistência Social, um é central. Qual é o papel e o lugar da Política de Assistência Social nesta conjuntura? **É urgente afirmarmos e demarcarmos em nossa trajetória a sua importância.**

A Política de Assistência Social está contida na Constituição Federal de 1988, por obra de lutas históricas, como integrante da Seguridade Social, conforme artigo 194, estando inscrita nos artigos 203 e 204, como política de direitos, sendo seus destinatários, quem dela necessitar, e ainda definindo objetivos e diretrizes presentes na evolução da política.

Nesta evolução chegamos à promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – **LOAS** Lei 8742 de 1993. Podemos afirmar que por meio da LOAS está dado o significado da Política de Assistência Social, com definição, objetivos, princípios e diretrizes. Ela reafirma e aprofunda a essência contida na carta magna, delineando a Política de Assistência Social como **direito do cidadão e dever do Estado** e marcadamente definindo como objetivos específicos: **a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.**

Destaca-se na LOAS a instituição do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e, para os órgãos gestores das demais esferas de governo, a tarefa de constituição de Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, bem como de Fundos e Planos de Assistência Social.

Os anos que se seguiram após a promulgação da LOAS aglutinaram experiências, facilitaram trocas, propiciaram encontro de forças e lutas para manter e fortalecer a Política de Assistência Social. Neste processo alguns focos foram colocados em evidência, entre eles o enfrentamento da exclusão, a afirmação da cidadania e a necessidade de estruturação da Política de Assistência Social. Um resumo desta evidência deu-se na construção e realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003 – cujo tema foi “Assistência Social como Política de Inclusão: Uma nova agenda para a cidadania – LOAS 10 anos”.

Das deliberações desta Conferência originaram-se importantes avanços que marcaram a evolução da Política de Assistência Social no país, entre eles a construção e aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, conforme resolução 145/2004 do CNAS, onde define-se um novo modelo de gestão para a garantia da proteção social e de direitos. Na PNAS nasce o SUAS – Sistema Único de Assistência Social,

A partir de então, a implantação tem sido vital para efetivação da Política de Assistência Social, passando pelas normatizações, tipificação de serviços e com implantação de CRAS de CREAS, Serviços, entre outras ações. Fecha uma etapa importante deste ciclo a aprovação da Lei 12.435 de 2011 que altera a LOAS, traduzindo-se no principal marco legal do SUAS.

Definida esta trajetória é importante frisar que somos parte, estamos incluídos neste processo, sendo nosso compromisso essencial afirmarmos a defesa do SUAS, da Política Pública de Assistência Social, e do zelo pelos serviços prestados à nossa população. É neste patamar que traçaremos os rumos para seguir adiante.

4. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

4.1. Território e demografia

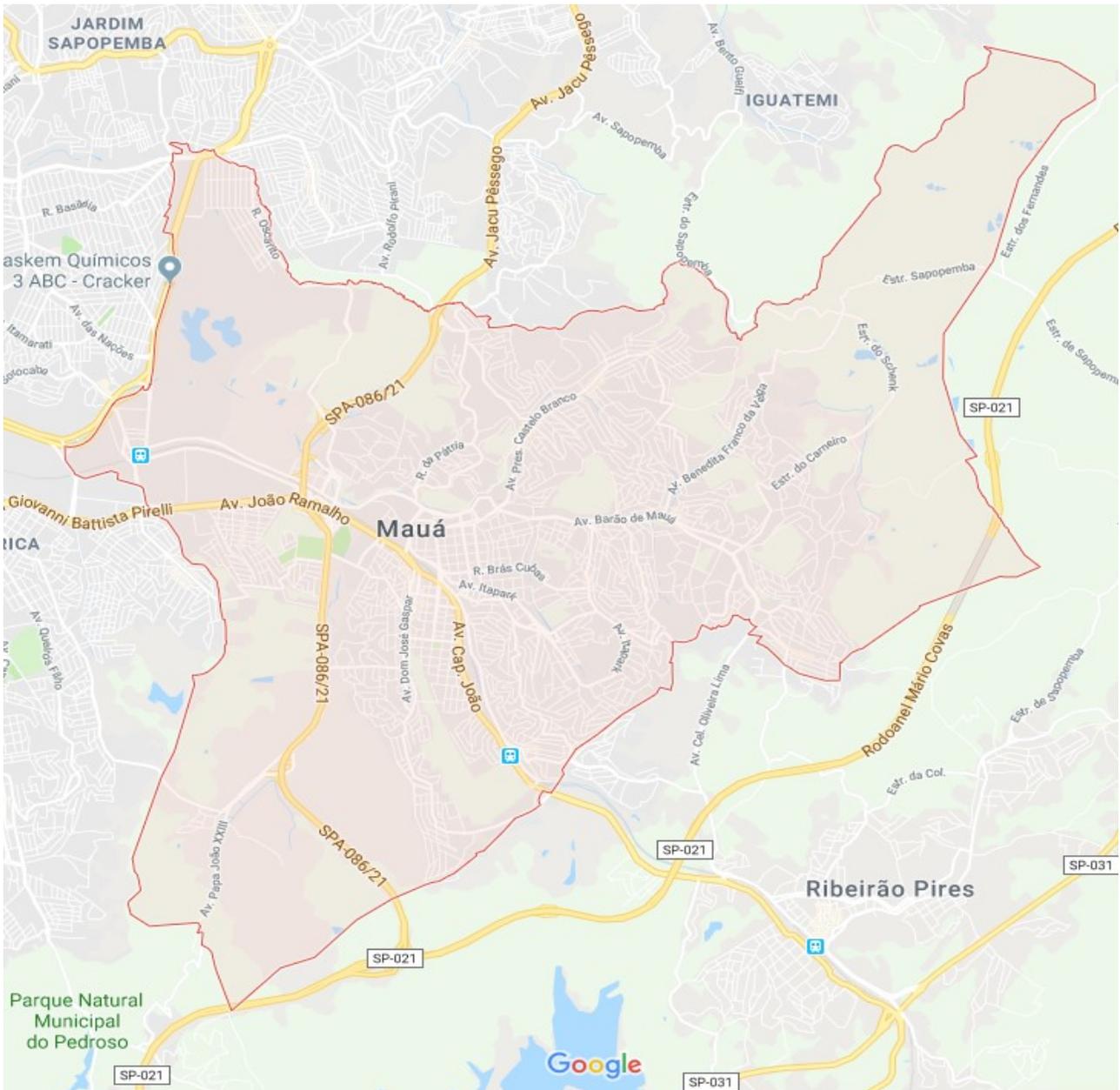


Figura 2: Mapa de Mauá/SP. Fonte: Google Maps

Mauá faz parte da Grande São Paulo, e está localizado na Região do Grande ABC, que atualmente é chamado de ABCDMRR⁴. Faz divisa com os municípios de São Paulo, Santo André e Ribeirão Pires. Essa divisão por vezes não se faz perceptível, e frequentemente a população residente nestes limites político-administrativos busca os serviços do município vizinho. Observa-se também que há uma linha de transporte ferroviário cortando o município, que acompanha a Av. Capitão João.

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA			Valores		Fonte	
Indicador	Unidade	Referência	Município	DRADS	Estado	Fonte
Área territorial	Km ²	2017	61,91	828,70	248.219,63	IBGE
Estimativa do número de habitantes	Pessoas	2017	447.911,00	2.652.296,00	43.674.533,00	SEADE
Densidade demográfica (estimativa)	Hab./km ²	2017	7.235,00	3.201,00	176	SEADE
Taxa geométrica de crescimento anual da população	%	2010-2017	1,04	Sem informação	0,83	SEADE
Grau de urbanização	%	2017	100,00	99,51	96,37	SEADE
Domicílios particulares permanentes (estimativa)	Domicílios	2017	147.446,00	888.736,00	14.537.082,00	SEADE
Numero de pessoas por domicílio (estimativa)	Pessoas	2017	3,00	3,00	3,00	SEADE

Figura 3: Extraído do Sistema PMAS 2018-2021

Apesar de ocupar apenas 7,47% da área territorial dos 7 municípios do Grande ABC Paulista, Mauá é o terceiro município mais populoso dessa região, perdendo apenas para os municípios com áreas quase 3 e 7 vezes maiores que a sua. É também o município com a terceira maior densidade demográfica da região, possuindo a segunda maior taxa de crescimento geométrico da população, acima da média da DRADS⁵ e do Estado e perdendo apenas para o município mais pobre dessa região. A ocupação do território municipal ocorreu de forma desordenada, com grandes bolsões populacionais, especialmente nas áreas periféricas, nas quais reside a população mais pobre. Há áreas domiciliares separadas da região central e do acesso a serviços por sítios industriais. Há também áreas de mananciais ocupadas irregularmente, em locais nos quais as melhorias oriundas do poder público são legalmente inviáveis e há grande distância dos serviços. Da mesma forma, há recorrentes ocupações irregulares de áreas com risco de deslizamento. Geograficamente, essas regiões periféricas são dominadas por relevos de 785 a 993 metros de altitude, que paralelamente dificultam a mobilidade no município,

4 Composta pelos municípios: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra.

5 DRADS: Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social

principalmente para os deslocamentos sem utilização de meios de transporte. Atualmente, 100% do município encontra-se urbanizado, acima das médias da DRADS e do Estado.

Portanto, a questão territorial e demográfica resulta em grande impacto na capacidade de atendimento à população do município, pois a própria localização dos domicílios influencia o acesso, à adesão aos serviços, à segurança, à qualidade de vida e o deslocamento, desencadeando grandes desafios para a administração pública.

Considerando a alta densidade demográfica e o relevo irregular, há falta de espaços públicos para implantação de políticas públicas de habitação. As que ocorreram são insuficientes para atender as necessidades.

Há também demandas influenciadas pelo grande aumento populacional (vagas em ensino infantil, em serviços de saúde, etc.), pois a taxa de ampliação dos serviços não consegue atingir proporcionalmente o aumento. Enquanto a taxa de crescimento de 5 municípios da DRADS varia de 0,16 a 0,64, Mauá apresenta uma taxa de 1,04 no período de 2010 a 2017.

4.2. População e Vulnerabilidade

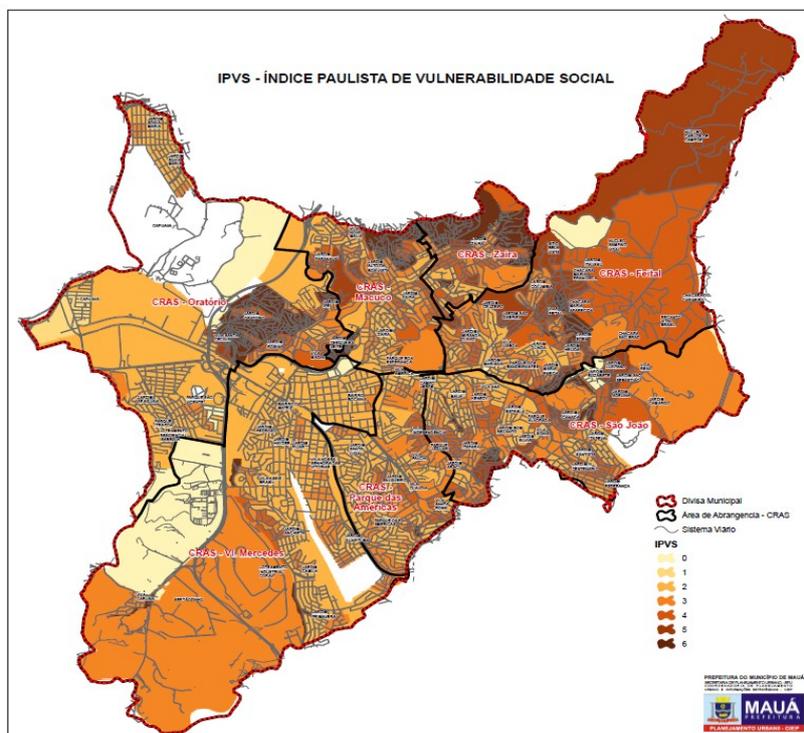


Figura 4- IPVS por território de CRAS

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS aponta para algumas regiões com situações mais preocupantes. Pelo mapa é visualmente perceptível que três regiões localizadas nos territórios dos CRAS Oratório, Macuco e Zaira abarcam grandes regiões com índice 6, que é o mais grave em termos de vulnerabilidade. Também é notório que há outras regiões apresentam este grau 6 em quase todo município. Estas regiões foram constituídas por ocupações irregulares em terrenos públicos e particulares.

Outra realidade que o mapa expõe é que todos os territórios fazem divisa com outro município, e há trechos, em todos eles, com uma espécie de conurbação⁶ de ruas.

Indicador	Unidade	Referência	Valores			Fonte
			Município	DRADS	Estado	
População com menos de 15 anos (estimativa)	Pessoas	2017	88.575	499.222	8.443.792	SEADE
	%		19,8	18,8	19,3	
População com 60 anos ou mais (estimativa)	Pessoas	2017	49.677	365.889	6.119.022	SEADE
	%		11,1	13,8	14,0	
Índice de envelhecimento	Índice	2017	56,08	73,00	72,00	SEADE
Razão de dependência	%	2017	0,45	0,48	0,50	PNUD

Figura 5: Extraído do Sistema PMAS Web 2018-2021

Mauá enfrenta sérios problemas sociais, causados, principalmente, pela ocupação desordenada, falta de planejamento urbano e ausência de investimentos em infraestrutura. Além de ter 70% da população dependente do Sistema Único de Saúde (SUS), moradores de outras cidades – em áreas de divisa – acabam por utilizar os serviços públicos oferecidos na cidade, aumentando a demanda a ser atendida com o mesmo recurso público disponível no orçamento municipal. A Prefeitura tem R\$ 1.000,00, aproximadamente, por ano para cuidar de cada cidadão com os serviços de saúde, educação, assistência social, segurança, desenvolvimento econômico, trabalho e renda, entre outros. Mesmo sendo a 11ª maior cidade do Estado, é a 10ª mais pobre em orçamento per capita. Dados de 2019 apontam que são as indústrias que mais contribuem para a arrecadação municipal, e que na composição do PIB do Município de Mauá, o setor de serviços responde por 50,3%, a indústria por 38,7% e administração pública por 11,1%, bem como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R\$ 34.430,52 (Seade⁷). A renda familiar per capita, segundo estimativa do IBGE (10/2021) é de R\$

6 Conurbado: extensa área urbana formada por cidades e vilarejos que foram surgindo e se desenvolvendo um ao lado do outro, formando um conjunto.

7 SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

1.390,26. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,781, o que coloca o município em penúltima posição entre as cidades do ABC Paulista. (Seade – 2010).

4.3. Evolução da Rede de Atendimento

Indicador	Unidade	2017	2022	fonte
Serviços socioassistenciais da proteção social básica	Serviços	29	48	PMASweb
Serviços socioassistenciais da proteção social especial de média complexidade	Serviços	9	8	PMASweb
Serviços socioassistenciais da proteção social especial de alta complexidade	Serviços	7	8	PMASweb
Serviços socioassistenciais não tipificados	Serviços	3	1	PMASweb
Número de CRAS implantados no Município	CRAS	7	8	PMASweb
Número de CREAS implantados no Município	CREAS	2	2	PMASweb
Número de Centro Pop Implantados	Centros Pop	1	1	PMASweb
Beneficiários BPC - Idosos	Pessoas	3.562	3.419	MDS/SAGI
Beneficiários BPC - Pessoas com deficiência	Pessoas	2.717	2.697	MDS/SAGI

Figura 6: Extraído do Sistema PMAS Web 2018-2021

No período compreendido entre janeiro de 2021 a junho de 2022 a Secretaria realizou as seguintes ações, objetivando aprimorar a execução da política pública de assistência social;

- Reforma do Centro POP, adequação da equipe de trabalho e estruturação do serviço de atendimento a pessoa em situação de rua, incluindo a Operação Inverno. A supervisão técnica deste serviço é realizada pela equipe da Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- Reforma nos CRAS Macuco, Oratório e Vila Mercedes, no CREAS Bocaina e Bombeiro Mirim;
- Ampliou o Serviço de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, implantando a terceira Residência Inclusiva;

- Implantou mais 1 (uma) unidade de CRAS, localizada a rua Friedrich Gunther Meinem; 71 – Vila Falchi, com abrangência de vários bairros, readequando territórios dos CRAS São João, Parque das Américas e Vila Mercedes;
- Foi reorganizado o SCFV;
- Chamamento Público para parceria técnica e financeira, para execução de SAICA – modalidade Casa Lar;’
- Conferências Municipais de Assistência Social e da Pessoa com Deficiência.
- Concurso Público, para adequação das equipes de trabalho de todos os equipamentos da Assistência Social de execução direta;
- Aprovação Lei 5805/2021 que dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Mauá, e dá outras providências. (Lei que regulamenta o SUAS no município);

4.4.Situação de vulnerabilidade

Situações de vulnerabilidade ou risco mais graves	Classificação	Demanda estimada no município
Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho	1	2.000
Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas	2	242
Ocupação de áreas de risco para moradia	3	23.700
Pessoas em situação de rua	4	90
Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda	5	2.132
Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares	6	175
Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos	7	440
Existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar)	8	1.621
Alta porcentagem de pessoas idosas na população	9	34.000
Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social	10	1.300

Figura 7: tabela extraída no sistema PMASweb 2018-2021

Levantamentos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, tendo como referência o censo IBGE 2010, apontam que há no município:

- Comunidades indígenas: 448 pessoas
- População flutuante decorrente de instalação prisional: 1266

Segundo recente trabalho da UFABC (DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESIGUALDADES NA REGIÃO DO GRANDE ABC) de 2022, o número de assentamentos precários em Mauá é de 46.213 para 2021.

As questões relativas ao desemprego impactam diretamente os serviços socioassistenciais, pois apontam para uma exposição da população a uma situação de risco, pois a partir do momento em que a capacidade de autossustento de uma família é colocada em cheque, abre-se um leque de demandas para a política de assistência. A esta cabe, nestes casos, a oferta de serviços que possam afiançar a **segurança de sobrevivência** – que não substitui a demanda por trabalho e renda, mas significa um aporte para as necessidades mais urgentes da família, seja via programas de transferência de renda, ou benefícios, ou com o trabalho em torno do desenvolvimento de sua autonomia – bem como a **segurança de convivência** – fortalecendo os vínculos que a família tenha ou criando condições para a formação destes vínculos, visto que a rede de apoio (comunitária ou familiar) previne o aumento da vulnerabilidade da família, uma vez que passa a ter com quem contar. Antes de todas estas, entretanto, cabe lembrar a segurança de acolhida, que se materializa desde o contato da família com o indivíduo – com escuta qualificada e espaço adequado – até a demanda excepcional por acolhimento institucional. Esta mesma análise de demanda de serviços para a assistência se aplica às demais situações listadas na tabela do PMAS, variando neste caso o tipo de serviço necessário, bem como os recursos para garantia de sua efetivação.

Dados do IBGE⁸ de 2010 mostram que há no município 32.060 famílias com perfil de cadastro único, mas somente 21.668 estão no sistema⁹. Destas, apenas 17.323 possuem até ½ salário.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único¹⁰ em **setembro de 2018** era de 21.668 dentre as quais:

- 4.701 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;
- 4.783 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;
- 7.104 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário-mínimo;
- 5.080 com renda per capita acima de meio salário-mínimo.

8 IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

9 Dados de setembro de 2018, segundo RI social do MDS. Dados atualizados ficam disponíveis pelo endereço: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>.

10 Vale lembrar que em 2018 houve aumento significativo de procura por cadastro único, em virtude das ações para inclusão do público beneficiário de **BPC** (atendendo a nova legislação que exige esse cadastramento e instituiu prazo) e de normativa referente ao município de São Paulo, que exige o cadastro único para os **estudantes** que pleiteiam gratuidade no transporte (estudantes que residem em Mauá e estudam em São Paulo necessitam se cadastrar). Tais demandas significam um “bum” inicial de cadastramento e representam alta demanda também para manutenção do cadastro.

Há um volume de quase 1/3 de famílias a serem incluídas no cadastro, ou seja: cerca de 10.000 famílias que ainda não acessaram os serviços socioassistenciais e que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Devido a não ocorrência do Censo IBGE 2020, os dados referentes ao perfil do Cadúnico não foram atualizados, porém registramos aqui os dados extraídos do portal CECAD referência junho/2022, observando mudança de valores, considerados hoje; extrema pobreza renda per capita até R\$ 105,00.

Famílias em situação de extrema pobreza	13.681
Famílias situação de pobreza	3.598
Famílias com renda per capita até ½ salário	6.308
Famílias com renda per capita acima de ½ salário	6.586
Total de famílias no Cadastro Único	30.173

4.5. Interfaces com outras políticas públicas

EDUCAÇÃO:	
Existe protocolo formal estabelecido no município para o atendimento de usuários da Assistência Social na rede de serviços de Educação (encaminhamento e acompanhamento)?	SIM
<p>De que maneira o CRAS e o CREAS realizam os encaminhamentos de usuários para o serviço de educação:</p> <p>– CREAS: Rede Municipal de Ensino – encaminhamento de relatórios para solicitação de vagas dos usuários. Rede Estadual de Ensino – solicitação de vaga através do Conselho Tutelar.</p> <p>– CRAS: estabelecimento de diálogos específicos com determinadas unidades de ensino. A rede de ensino estadual, principalmente, não propicia canais de comunicação, quando solicitados.</p>	
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento de crianças e adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil? São realizadas das coordenações de CRAS com as unidades escolares do território	SIM
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento de pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC?	NÃO
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento dos jovens beneficiários do programa Ação Jovem e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto?	SIM

Os casos de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto são acompanhados em conjunto pelo CREAS e pelas escolas da rede. Estão sendo realizadas reuniões da Comissão Intersetorial Permanente do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Mauá para articulação de ações e definição de fluxos e protocolos. Não há intervenções conjuntas em relação ao programa Ação Jovem.	
Existem outras articulações estabelecidas entre o órgão gestor da Assistência Social e o órgão gestor da Educação em seu município?	SIM

SAÚDE	
Existe protocolo (formal) estabelecido no município para o atendimento de usuários da assistência social na rede de serviços de saúde (encaminhamento e acompanhamento)?	SIM
De que maneira o CRAS, CREAS e Centro Pop realizam os encaminhamentos de usuários para o serviço de saúde:	
<ul style="list-style-type: none"> – CRAS: orientação e, se necessário, encaminhamento escrito. – CREAS: orientação e, se necessário, encaminhamento escrito. – Centro Pop: articulação através do Consultório de Rua. <p>Os serviços se comunicam nos casos em acompanhamento, além dos encaminhamentos realizados, existe referência e contra – referência, encaminhamento de relatórios técnicos e discussão de casos,</p>	
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Saúde para acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil?	NÃO
Existem intervenções conjuntas, entre Assistência Social e Saúde, para acompanhamento de pessoas idosas ou com deficiência, beneficiárias do BPC?	NÃO
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Saúde para acompanhamento de famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, vítimas de exploração sexual ou vítimas de violência?	SIM
Há casos, acompanhados pelos CREAS, encaminhados para atendimento conjunto com os serviços de saúde. São realizadas reuniões com a rede para discussão de casos. Estão sendo realizadas reuniões da Comissão Intersetorial Permanente do Combate ao Trabalho Infantil e Outras Formas de Violação de Direitos Contra Crianças e Adolescentes de Mauá para articulação de ações e definição de fluxos e protocolos.	
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Saúde para acompanhamento de adultos, idosos ou pessoas com deficiência?	SIM

Há casos, acompanhados pelos serviços de Assistência Social, encaminhados para atendimento conjunto com os serviços de saúde. São realizadas reuniões com a rede para discussão dos casos.	
--	--

SEGURANÇA ALIMENTAR:

A política de segurança alimentar e nutricional (Lei 11.346 de 2006) abrange, dentre outros, a ampliação das condições de acesso aos alimentos; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; e a produção de conhecimento e o acesso à informação.

Ações que o município executa relativas à segurança alimentar

- Restaurante Popular
- Distribuição de alimentos – Hortifrútiis
- Cozinha comunitárias
- Programa estadual Viva leite
- Hortas comunitárias e hortas educacionais.
- Programa de educação alimentar

4.6. Análise e Interpretação

Há clara demanda de atenção ao público de regiões limítrofes, as dificuldades de deslocamento da população até o centro, em virtude da geografia do município, bem como o custo do transporte público, apontando para necessidade de se trabalhar cada vez mais a territorialização dos serviços. Para isso há que se pensar na estrutura física e recursos humanos necessários, pensando no atendimento da população dentro das unidades e no deslocamento das equipes até onde a população que não acessa os serviços se encontra – ou em alternativas a isto.

Também, se observa concentração de demanda de serviços na grande região do Zaira, pela concentração demográfica e grande presença do IPVS alto, e na região do Oratório que também apresenta esse IPVS alto.

Os desafios a serem enfrentados pela Assistência Social se dá ainda pelo aumento visível da população (o que deve ser constatado pelo censo a ser realizado), do mesmo modo que os impactos sociais da crise econômica, decorrentes do alto índice de desemprego, e da crise sanitária vivida na Pandemia da COVID-19, que cresceu em muito a procura por atendimentos nos serviços, em grande parte pela rápida precarização da renda e por necessidades emergenciais, como a alimentação. Constata-se também o crescimento de pessoas em situação de rua (incluindo mulheres e LGBTQIAP+, que eram até pouco tempo um número pequeno), de crianças em situação de trabalho infantil, tal como do aumento da violência às crianças, aos adolescentes e às mulheres. Destaca-se também no universo infanto juvenil, o aumento do risco a envolvimento com consumo e exposição ao tráfico de substâncias ilícitas. Este quadro nos traz desafios.

É nítido que o atendimento emergencial ainda se fará necessário, sendo primordial a articulação e financiamento do município e das esferas estadual e federal para o atendimento desta demanda.

É fundamental o reforço e aprimoramento das ações de proteção básica. O PAIF – Serviço Proteção e Atendimento Integral à Família e SCFV – Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos, assim como o fortalecimento das dinâmicas de articulação, parcerias e fortalecimento de redes para o enfrentamento desta realidade.

O aumento de pessoas em situação de vínculos familiares fragilizados e com direitos violados e expostos à violência, notadamente crianças, adolescentes, mulheres, deficientes e idosos, nos alerta para a importância de estruturação e fortalecimento do trabalho em rede tanto infra, como intersetorial. Nos desafia a ser ágeis e assertivos na execução dos serviços. Neste contexto os serviços de acolhimento institucional devem aprimorar ações de acompanhamento e monitoramento, que fortaleça e agilize os desacolhimentos.

Para o conjunto da Política de Assistência Social sempre foi iminente o desenvolvimento de planejamento, de monitoramento, de desenvolvimento de capacitação e educação permanente, da participação e do controle social. No contexto social que vivenciamos estes e outros aspectos se revestem ainda de maior relevância.

Portanto, neste cenário, nos coloca a necessidade de aprimorar o planejamento, monitoramento e acompanhamento das ações, de revisão de procedimentos, fluxos e instrumentais, de coleta, registro e tratamento de dados e informações.

No contexto territorial a aposta no fortalecimento de ações centradas na família e na intersetorialidade é o caminho para enfrentamento do quadro de vulnerabilidade atual, sendo essencial dialogar, revisar e pactuar fluxos e procedimentos que sejam ágeis e eficazes.

Por fim na esfera regional registramos que é importante a construção de projeto regional de república para atendimento de adolescentes oriundos de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

5. OBJETIVOS

5.1. Geral

Organizar, regulamentar e nortear a execução da Política Municipal de Assistência Social, no período 2022 a 2025, na perspectiva do SUAS, em consonância com as diretrizes legais da Política Nacional de Assistência Social, promovendo serviços de proteção básica e especial, bem como programas, projetos e benefícios para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social.

5.2. Específicos

- Garantir a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais.
- Organizar e fortalecer a rede socioassistencial para atendimento à família em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal;
- Implementar e implantar ações de qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS;
- Garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos sociais e órgãos de defesa;
- Sistematizar informações, visando a construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que incidem sobre famílias/pessoas, nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos);
- Identificar, definir e executar medidas de prevenção quanto à presença ou ao agravamento e superação de vitimizações, riscos e vulnerabilidades sociais.

6. DIRETRIZES

Este plano segue as diretrizes apontadas pelo II Plano Decenal, no que se refere àquelas aplicadas ao âmbito municipal:

- DIRETRIZ 1. PLENA UNIVERSALIZAÇÃO DO SUAS, TORNANDO-O COMPLETAMENTE ACESSÍVEL, COM RESPEITO À DIVERSIDADE E À HETEROGENEIDADE DOS INDIVÍDUOS, FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS.

Tornar os serviços e benefícios socioassistenciais acessíveis, garantindo que sua qualificação e ampliação sejam orientadas pelo conhecimento e reconhecimento das diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios e das manifestações de desigualdades que expressem demandas no campo da proteção social não contributiva.

- CONTÍNUO APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO SUAS, RESPEITANDO A DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DOS INDIVÍDUOS, DAS FAMÍLIAS E DOS TERRITÓRIOS.

Buscar o contínuo aperfeiçoamento por meio da consolidação dos dispositivos de gestão do trabalho, de gestão da vigilância socioassistencial e da gestão orçamentária e financeira.

- GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO.

Fortalecer e ampliar espaços de participação e deliberação para assegurar o caráter democrático e participativo do SUAS e implementar política de comunicação que assegure ampla divulgação das provisões socioassistenciais, reafirmando-as como direitos e enfrentando preconceitos.

- INTEGRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL

Frente a exigência de atuação do sistema protetivo de atuar de forma integrada e articulada, para atender às demandas de seus usuários é oportuno refletir sobre o desenvolvimento de estratégias de gestão que viabilizem abordagens intersetoriais, talvez, o único caminho possível para enfrentar situações geradas por condições multicausais. A intersetorialidade é a

articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população.

7. AÇÕES E ESTRATÉGIAS CORRESPONDENTES PARA IMPLEMENTAR

As ações a serem implementadas tiveram por base o processo de avaliação do plano anterior, realizado pelas Gerências e Departamentos em conjunto com suas equipes. Tal avaliação apontou:

Ações suprimidas por terem sido realizadas ou recontextualizadas.	31
Ações consideradas importantes de serem mantidas, porém com alterações.	29
Ações com nova redação, englobando aspectos importantes de ações suprimidas.	06
Ações novas	14
Ações mantidas integralmente	29

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)
APRIMORAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL	REESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR (ESTRUTURA FÍSICA E/OU EQUIPAMENTOS)	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA ORGANIZACIONAL, DE PLANEJAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	IMPLANTAR SISTEMA ORGANIZACIONAL, DE INFORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS.	1	CONTRATAR SERVIÇO E SISTEMA QUE INTERLIGUE A REDE SUAS E GARANTA PROCESSO ORGANIZACIONAL, DE INFORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS
		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	GARANTIR CONDIÇÕES PARA DESLOCAMENTOS DE TODAS AS EQUIPES QUE COMPÕE O SUAS NO MUNICÍPIO	2	DESENVOLVER PLANO DE ACESSO A VEÍCULOS PARA COMPOSIÇÃO DE FROTA A SERVIÇO DA SECRETARIA, CONSIDERANDO SER VITAL A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA CADA DOIS CRAS.
	REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL	ADEQUAÇÃO DE SETORES	CONTEMPLAR O PACTO DE APRIMORAMENTO E NOB	3	– CONSIDERAR AS NORMATIZAÇÕES E PROCESSOS DESENVOLVIDOS PELA EQUIPE DE GESTÃO DO TRABALHO. – ACOMPANHAR PROCESSO DE REFORMA ADMINISTRATIVA.
		CRIAÇÃO DE CARGOS	ADEQUAR RH CONFORME DEMANDA DA SPS	4	– REVISAR DEMANDA DE PROFISSIONAIS PARA OS SERVIÇOS E PROGRAMAS, INCLUSIVE COM LEVANTAMENTO DE CUSTO; - ACOMPANHAR PROCESSO DE REFORMA ADMINISTRATIVA, ATENTOS A POSSIBILIDADES DE ADEQUAÇÕES

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)
	EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS	EDUCAÇÃO PERMANENTE	CAPACITAR TRABALHADORES DO SUAS (INCLUINDO OSCS) E CONSELHOS DE DIREITOS	5	– CRIAR EQUIPE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE.
				6	– ELABORAR E EXECUTAR O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, OBSERVANDO AS SEGUINTE DIRETRIZES: – CAPACITAR PARA APRIMORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS – QUE PROMOVA A VALORIZAÇÃO, ATUAÇÃO E PERTENÇA AO SUAS DO MUNICÍPIO; – QUE CONTEMPLA AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE CADA GERÊNCIA, DEPARTAMENTO E SERVIÇOS; – QUE DIRECIONE-SE A TODA A REDE SOCIOASSISTENCIAL; – QUE PROMOVA A OPERAÇÃO, INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO; CONSIDERANDO ESPAÇOS DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS
	SUPERVISÃO TÉCNICA	QUALIFICAR ATUAÇÃO TÉCNICA	7	CONTRATAR PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA ATENDER AOS SERVIÇOS NA SUPERVISÃO TÉCNICA.	
	GESTÃO DO TRABALHO	ESTRUTURAR O PROCESSO DE TRABALHO.	GARANTIR PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO EFICAZ E EFICIENTE DOS SERVIÇOS	8	– CRIAR EQUIPE DE GESTÃO DO TRABALHO, PARA; DESENVOLVER PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO; – ORIENTAR E PROMOVER PROCESSO DE REVISÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS. – PROMOVER A NORMATIZAÇÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS. – PROMOVER AÇÕES DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL – ASSESSORAR E ACOMPANHAR AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
		PLANEJAMENTO DAS UNIDADES E ÓRGÃO GESTOR	EFETIVAR ANUALMENTE O PLANEJAMENTO DAS UNIDADES E DO ÓRGÃO GESTOR.	09	ORGANIZAR COM PROTEÇÕES O PLANEJAMENTO ANUAL DOS SERVIÇOS / UNIDADES; ESTABELECE CRONOGRAMA; INCLUIR ITENS QUE COMPORÃO PLANO DE AÇÃO (ANUAL)
		ACOLHIDA AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	MELHORAR ACOLHIDA AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	10	REVER LAYOUT DE RECEPÇÃO DAS UNIDADES, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE PESSOAS IDOSAS, PESSOAS DEFICIENTES, MULHERES COM CRIANÇAS, CRIANÇAS, ENTRE OUTRAS.
		AGILIZAR PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.	VIABILIZAR CELERIDADE NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	11	– PROPICIAR AGILIDADE NA ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA – CAPACITAR UM TÉCNICO DE REFERÊNCIA DE CADA PROTEÇÃO E SERVIÇO
ORGANIZAR ELABORAÇÃO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS		GARANTIR PROCESSOS PARTICIPATIVOS PARA ELABORAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	12	– REALIZAR ENCONTRO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO COM PROTEÇÕES E COORDENAÇÕES DE UNIDADES .ESTABELECE CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DE LDO, LOA E PPA, COM ANTECEDÊNCIA AOS PRAZOS LEGAIS. .SUBMETER LDO, LOA E PPA AO CMAS PARA APRECIÇÃO ANTES DO ENVIO DA PROPOSTA À SECRETARIA DE FINANÇAS.	

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)
		CRIAR CENTRAL DE CUSTOS	SUBSIDIAR TERMOS DE COLABORAÇÃO	13	- LISTAR SERVIÇOS; - LEVANTAR OS CUSTOS COM OS SERVIÇOS; - ESTUDO DE CUSTEIO ORÇAMENTÁRIO - PUBLICIZAR DADOS
	MONITORAMENTO	MONITORAMENTO	INSTITUIR PROCESSO DE MONITORAMENTO	14	DESIGNAR EQUIPE VIA REMANEJAMENTO INTERNO; ESTRUTURAR AÇÕES E RESPONSABILIDADES, BEM COMO FLUXO DE TRABALHO
	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	COLETA DE INFORMAÇÕES	LEVANTAR DADOS PARA APRIMORAR DIAGNOSTICO DO MUNICÍPIO	15	* APERFEIÇOAR O SISTEMA (SOCIAL (WEB) *APRIMORAR INSTRUMENTAIS; *APRIMORAR INSTRUMENTAIS DOS SERVIÇOS DA MÉDIA COMPLEXIDADE; *REALIZAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS
		DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	TER DIAGNOSTICO SOCIOTERRITORIAL PARA EMBASAR O PLANEJAMENTO E TOMADAS DE DECISÃO	16	-CONTRATAR ASSESSORIA OU EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL PARA LEVANTAMENTO DE DEMANDAS DOS USUÁRIOS E NECESSIDADE DE COBERTURA DE SERVIÇOS, BEM COMO DETALHES DE INDICADORES E DEMANDAS POR TERRITÓRIO DE CRAS, INCIDÊNCIA E GEORREFERENCIAMENTO DE DEMANDA DO PÚBLICO DO CREAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL; - CONSIDERAR AÇÃO CONJUNTA COM A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INCLUSIVE DESTRINCHANDO O CENSO 2022
		INDICADORES SOCIAIS	GERAR INDICADORES PARA AUXILIAR NA GESTÃO DE TERRITÓRIO	17	-CAPACITAR EQUIPE DE VIGILÂNCIA (equipes dos equipamentos) EM RELAÇÃO A NECESSIDADES DO SETOR, ESPECIALMENTE QUANTO À PRODUÇÃO DE INDICADORES PARA AUXILIAR NA GESTÃO DE TERRITÓRIO
		COMISSÃO PERMANENTE DE VIGILÂNCIA	APERFEIÇOAR A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	18	INSTITUIR COMISSÃO PERMANENTE PARA DISCUTIR VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL COM A REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS MUNICIPAL E REGIONALMENTE
		ADEQUAÇÃO DE RH NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	AMPLIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA	19	VISITAS DO CNEAS; MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS QUE SÃO ENCAMINHADOS A ESTA DIVISÃO; DEVOLUTIVA ÀS GERÊNCIAS E EQUIPAMENTOS; FORMULAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS COM RELAÇÃO AOS DADOS ENCAMINHADOS ATRAVÉS DOS RMA'S; DEFINIÇÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS.
GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO		AL BÁSICA QUALIFICAÇÃO / IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCI-	ATENDIMENTO TERRITORIAL A TODOS	GARANTIR ATENDIMENTO A PESSOAS QUE RESIDEM DISTANTE DOS CRAS	20

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)
SOCIAL		DESENVOLVER OFICINAS DE TERRITORIALIZAÇÃO	EFETIVAR PROCESSO DO TRABALHO SOCIAL COM SUAS INTERFACES	21	REALIZAR TRABALHO SOCIAL COM CONHECIMENTO DE SUAS INTERFACES; TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITÓRIO, DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E CONSTITUIÇÃO DO MAPA DO TERRITÓRIO COM AS POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES.
		AMPLIAR E QUALIFICAR A BUSCA ATIVA	CONSOLIDAR, INTEGRAR E EXPANDIR A PROTEÇÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	22	– REALIZAR ESTUDOS E MÉTODOS PARA O TRABALHO SOCIAL E TERRITÓRIO EM AÇÃO; INCLUIR OS INVISÍVEIS, OU SEJA, AQUELES QUE NÃO POSSUEM DOCUMENTAÇÃO CIVIL. QUE MIGRAM DE ENDEREÇO COM MUITA FREQUÊNCIA, VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA, PERTENCEM A POPULAÇÕES TRADICIONAIS, HABITAM EM LOCAIS ISOLADOS, OU ATÉ MESMO, AQUELES QUE SIMPLEMENTE NÃO CONHECEM OS DIREITOS QUE TEM.
		APRIMORAR O PAIF	MELHORAR O SERVIÇO DO PAIF	23	– TRABALHAR PREFERENCIALMENTE COM; GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO, ENCAMINHAMENTO, AÇÃO E OFICINA. DESENVOLVER ESTRATÉGIA E PARCERIA EM REDE NO TERRITÓRIO
		CRIAÇÃO DE EQUIPE PARA GERENCIAR AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E SCFV	QUALIFICAR, DIVERSIFICAR, ACOMPANHAR E ATENDER AS DEMANDAS DO SCFV	24	– INSTITUIR EQUIPE, PARA DESENVOLVER PLANEJAMENTO, E ACOMPANHAR EXECUÇÃO E PROMOVER AVALIAÇÃO DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E DO SCFV – REALIZAR TRABALHO EM REDE/PARCERIAS COM OUTRAS SECRETARIAS E SERVIÇOS, A FIM DE OPORTUNIZAR ATENDIMENTO DIVERSIFICADO QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS; – REALIZAR LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÃO DAS DEMANDAS E DA EXECUÇÃO DO SCFV, CONSIDERANDO TRABALHADORES, PERFIL PROFISSIONAL, NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DAS AÇÕES, ATIVIDADES E DE CAPACITAÇÃO, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS; – OFERTAR SCFV PARA ADULTOS, INCLUSIVE ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
		OFERTAR REFEIÇÕES NO SCFV	OFERECER REFEIÇÃO NUTRITIVA E SUBSTANCIOSA, SUBSTITUINDO ASSIM A OFERTA DE LANCHES ATUAL	25	– CONSTRUIR OU ADAPTAR COZINHAS PARA POSSIBILITAR A PREPARAÇÃO DAS REFEIÇÕES – CONTRATAÇÃO DE RH, PARA O TRABALHO NAS COZINHAS.
		VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV	AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NOS SERVIÇOS	26	-DESENVOLVER ESTRATÉGIAS E PARCERIAS VISANDO A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV. – OFERTAR E AMPLIAR O ALCANCE DO PÚBLICO MASCULINO NOS SERVIÇOS.
		IMPLANTAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA	OFERTAR ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA VISANDO O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS	27	– ELABORAÇÃO DE PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA CONSIDERANDO: (ACESSIBILIDADE, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE CONVÍVIO, MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA) – VIABILIZAR AS CONDIÇÕES E PARCERIAS PARA IMPLANTAÇÃO.

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	
	QUALIFICAÇÃO / IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	DESENVOLVER PROCESSO DE ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	APRIMORAR ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	28	DEFINIR EQUIPE ESPECÍFICA DE ABORDAGEM SOCIAL (SITUAÇÃO DE RUA); AVALIAR POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAR O SERVIÇO.	
		DIFUNDIR OS DIREITOS DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	SENSIBILIZAR SOCIEDADE CIVIL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS.	29	FORMAÇÃO SOBRE POPULAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS PARA TODOS OS TRABALHADORES DA SPS E AOS SERVIÇOS DE OUTRAS SECRETARIAS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, TRABALHO E RENDA), BEM COMO SOCIEDADE CIVIL.	
		MELHORAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	APRIMORAR SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		30	VIABILIZAR ESTRUTURA PARA MSE: ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE P/ ATENDIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO; -OFERECER TRANSPORTE E ESTRUTURA PARA PÚBLICO DA MSE PARTICIPAR DE CONFERÊNCIAS; ELABORAR PROJETOS PARA ACESSO AO FMDCA PARA USO NA MSE;
31					ARTICULAR COM SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA E OSC PARA CRIAR PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO JOVEM APRENDIZ / PRIMEIRO EMPREGO AO PÚBLICO MSE	
32					REALIZAR NOVAS PARCERIAS PARA OFERTA DE PSC (MSE); -PROMOVER AÇÕES DE CONSTRUÇÃO CONJUNTA (CREAS/POSTO DE PRESTAÇÃO) DE METAS DO PIA NOS CASOS DE PSC (MSE)	
33					INSTITUIR ASSEMBLEIA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA;	
		MELHORAR SERVIÇO DO CENTRO POP	OFERTAR SERVIÇO DE MAIOR QUALIDADE AOS USUÁRIOS DO CENTRO POP		34	FORMALIZAR PARCERIA COM SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE, OU CONTRATAR OFICINEIROS, PARA OFERTAR ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA NO CENTRO POP
35					APRIMORAR INFRAESTRUTURA DO CENTRO POP, ATRAVÉS DE REFORMA QUE CONSIDERE AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, INCLUINDO QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PET.	
36					CONSTRUIR AGENDA COM OS TERRITÓRIOS EM PARCERIA COM CRAS / ESCOLAS/ UNIDADES DE SAÚDE, PARA TRABALHAR COM A SOCIEDADE CIVIL A TEMÁTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS	
		FOMENTAR AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL	ESTRUTURAR E FORMALIZAR A EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL		37	REALIZAR DIAGNÓSTICO SOBRE A SITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E ATENDIMENTO DA REDE NO MUNICÍPIO.
38					OFERTAR ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SEAS)	
39					ELABORAR E FORTALECER O FLUXO DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS ÀS FAMÍLIAS E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL	
		APRIMORAR O PAEFI	APRIMORAR O PAEFI		40	CRIAR ESPAÇO DE DIALOGO E FORMAÇÃO PERMANENTE ENTRE CRAS E CREAS (MATRICIAMENTO)

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)
				41	GARANTIR MENSALMENTE ATENDIMENTOS COLETIVOS PARA FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAEFI
				42	ARTICULAR COM A DRADS A TROCA DE EXPERIÊNCIAS DO PAEFI DOS MUNICÍPIOS, PODENDO SER GRUPO TEMÁTICO SOBRE CREAS, VIA CONSÓCIO INTERMUNICIPAL DO ABC.
	QUALIFICAÇÃO / IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO – MODALIDADE REPÚBLICA	REALIZAR ESTUDO DA VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO POR MEIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL (SERVIÇO REGIONALIZADO)	43	CONHECER OUTRAS EXPERIÊNCIAS; SOLICITAR APOIO TÉCNICO DA DRADS E MDS; SOLICITAR APOIO JURÍDICO E DO CMAS; REALIZAR ESTUDO DE CUSTO INCENTIVAR CRIAÇÃO DE GT INTERMUNICIPAL PARA ESTUDO, ELABORAÇÃO ENCAMINHAMENTOS, DEFINIÇÕES E VIABILIZAÇÃO DA PROPOSTA.
FAMÍLIA ACOLHEDORA		REALIZAR ESTUDO DA VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO	44	CRIAR GT DO TEMA; CONHECER OUTRAS EXPERIÊNCIAS; SOLICITAR APOIO TÉCNICO DA DRADS E MDS; SOLICITAR APOIO JURÍDICO E DO CMAS; REALIZAR ESTUDO DE CUSTO REVISÃO DA LEI 3925/06 E 5374/18	
APRIMORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO (ALBERGUE)		APRIMORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS	45	TRANSFERIR E TER LOCAL EXCLUSIVO PARA OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS, COM EQUIPE TAMBÉM EXCLUSIVA A ESTE SERVIÇO (AVALIAR POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAR EQUIPE); PLEITEAR RECURSOS ESTADUAIS P/MELHORAR O SERVIÇO; ADEQUAR O SERVIÇO AO TEXTO DE ORIENTAÇÃO PARA O REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO ADULTA E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA	
TRABALHAR AUTONOMIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DOS USUÁRIOS DE ALBERGUE E PÚBLICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ADULTO		DESENVOLVER PROCESSO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E BUSCA DE AUTONOMIA PARA USUÁRIOS DO SERVIÇO DE ALBERGUE E ADULTOS EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO.	46	– IDENTIFICAR ENTRE AS PESSOAS ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE, AS QUE APRESENTAM POTENCIAL DE DESACOLHIMENTO. – DESENVOLVER PLANOS INDIVIDUAIS DE ATENDIMENTO COM ESTA FINALIDADE PARA ESTES USUÁRIOS. – DESENVOLVER PLANOS INDIVIDUAIS DE ATENDIMENTO PARA OS USUÁRIOS DO ALBERGUE VISANDO A SAÍDA DA SITUAÇÃO DE RUA. – FORTALECER ARTICULAÇÃO E AÇÃO INTERSETORIAL (SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E TRABALHO E RENDA, ETC)	

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)
		FORTALECER AÇÕES PARA DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OU QUE EVITEM ACOLHIMENTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	INVESTIR EM AÇÕES PARA EVITAR ACOLHIMENTO E GARANTIR DESACOLHIMENTO COM AÇÕES QUE FORTALEÇAM NÚCLEO FAMILIAR E/ OU AUTONOMIA DE ADOLESCENTES	47	<ul style="list-style-type: none"> - CONCRETIZAR PROCESSO QUE APROVE E REGULAMENTE A LEI DE AUXILIO EMERGENCIAL PARA FORTALECER NÚCLEO FAMILIAR, NOS CASOS DE DESACOLHIMENTO E OU PARA EVITAR ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. - GARANTIR ACESSO A FRENTE DE TRABALHO - DESENVOLVER PROCESSO DE PLANO INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR PARA CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE ACOLHIDO INSTITUCIONALMENTE. - PROMOVER ARTICULAÇÃO E AÇÕES INTERSETORIAL E COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL. - DESENVOLVER PROGRAMA DE APADRINHAMENTO
		MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	APRIMORAR ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS R.I.	48	PROPOR AGENDA COM SAÚDE PARA DISCUTIR PÚBLICO DA RI, QUE NÃO É CASO DE TRANSTORNO MENTAL CRIAÇÃO DE GT ENTRE SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, PARA MELHOR ATENDIMENTO DO PÚBLICO ALVO ATENDIDO NAS RI'S
		MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOAS IDOSA	APRIMORAR ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA EM ACOLHIMENTO	49	- PACTUAR COM A SECRETARIA DE SAÚDE O ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS IDOSAS COM GRAU DE DEPENDÊNCIA III, ADVINDOS DA ILPI, CONVENIADA COM A SPS
		IMPLANTAR LAVANDERIA COMUNITÁRIA	OFERTAR MELHORES CONDIÇÕES AO PÚBLICO DESTE SEGUIMENTO	50	ATENDIMENTO COM DIAS AGENDADOS, ACOMPANHADOS POR SERVIDOR PARA ORIENTAÇÕES E MANUSEIO DOS EQUIPAMENTOS
		IMPLANTAÇÃO DE CASA DE PASSAGEM PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE	ACOLHER PROVISORIAMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL	51	OFERECER ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFASTADOS DO NÚCLEO FAMILIAR, SITUAÇÃO DE ABANDONO, IMEDIATO E EMERGENCIAL; ACOLHIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PELO JUDICIÁRIO
	MELHORIAS EM UNIDADE PÚBLICA (ESTRUTURA FÍSICA E/OU EQUIPAMENTOS)	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	MELHORAR INFRAESTRUTURA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO	52	COMPRA DE MOBÍLIA E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE ATENDIMENTO; REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTO DO CADUNICO PARA UNIDADES;
ACESSO A INTERNET PARA O CENTRO POP		VIABILIZAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO A SERVIÇOS NO CENTRO POP	53	IMPLANTAR INFRAESTRUTURA DE INTERNET PARA O CENTRO POP	
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO		POSSIBILITAR EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DAS PROTEÇÕES SOCIAIS BÁSICA E ESPECIAL COM QUALIDADE	54	ABASTECER AS UNIDADES COM MATERIAIS DIVERSOS (PAPELARIA, PEDAGÓGICO, INSUMOS DE ARTESANATO, ESCRITÓRIO) PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PREVISTAS NOS PLANEJAMENTOS LOCAIS. .POTES E GARRAFAS PARA RECEPÇÕES DOS SERVIÇOS	
MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA		MELHORAR INFRAESTRUTURA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO	55	GARANTIR CONTINUIDADE NOS PROCESSOS DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA SPS	

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)
		IDENTIFICAR EQUIPAMENTOS DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS	56	DESENVOLVER PROCESSO DE AQUISIÇÃO, CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO EM TODOS OS EQUIPAMENTOS DA SPS
		SEGURANÇA DAS UNIDADES	IMPLANTAR EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS QUE GARANTAM A SEGURANÇA DAS UNIDADES EXTERNAS DE ATENDIMENTO	57	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA; - PACTUAR AÇÕES ESPECÍFICAS JUNTO A SSP. ADQUIRIR CÂMERAS E ALARMES, GRADES, INSTALAR E TER MONITORAMENTO DA GCM
	GERENCIAMENTO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	FORMAÇÃO SOBRE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	MELHORAR UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	58	FORMAÇÃO COM TRABALHADORES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DO RECURSO PARA BENEFÍCIO EVENTUAL, E MELHORIA DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTO
		REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	REGULAMENTAR OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS A NÍVEL MUNICIPAL	59	– CRIAÇÃO DE GRUPO PARA DESENVOLVER AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA REGULAMENTAÇÃO NO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI 5.805/2022.
		DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	REALIZAR DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	60	– CONSIDERAR OS INDICADORES A SEREM PRODUZIDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ORGANIZACIONAL, INFORMATIZAÇÃO E SISTEMA DE DADOS PARA EXTRAÇÃO DE INDICADORES QUE APONTEM AS DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO.
	GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	APRIMORAR A GESTÃO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	APRIMORAR O GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS	61	PLANEJAR PROCEDIMENTOS E FLUXOS
	GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA	ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	PROMOVER ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES DA REDE INTERSETORIAL PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO	62	. DISCUTIR COM AS COORDENAÇÕES DE CADA UNIDADE DO SUAS AS FORMAS DE APROXIMAÇÃO COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS (FORMAR COMISSÃO PARA DISCUSSÃO) - PROMOVER DIÁLOGOS COM INSS, SECRETARIA DE SAÚDE, TRABALHO E RENDA, EDUCAÇÃO (MUNICIPAL E ESTADUAL), SEGURANÇA ALIMENTAR; JUDICIÁRIO; - EXPLANAR O PAPEL DO SUAS, A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE E O PAPEL DOS DIVERSOS ATORES NA COMPOSIÇÃO DESSA REDE. - ESTABELECEER PROCEDIMENTOS, FLUXOS E FORMAS DE ENCAMINHAMENTO
		TERRITORIALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	TERRITORIALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	63	CRIAR GT PARA CONSTRUIR PLANO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO; . DEFINIR CRONOGRAMA E GARANTIR EQUIPE NECESSÁRIA

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)
	ARTICULAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	CAPACITAÇÃO DE OSC'S	REGULARIZAR ORGANIZAÇÕES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E NÃO ESTÃO INSCRITAS NOS CONSELHOS DE DIREITOS	64	<ul style="list-style-type: none"> - CAPACITAÇÃO SOBRE SUAS, SOBRE REDES DE ATENDIMENTO. CAPACITAÇÃO SOBRE CAPTAÇÃO DE RECURSOS VIA FUNDOS. - CRIAÇÃO DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS, DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO, - CRIAÇÃO DE INSTRUMENTAIS PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - AGENDAS DE DISCUSSÃO DE CASOS, VISANDO NÃO APENAS A RESOLUTIVIDADE DE CASOS ESPECÍFICOS, MAS DE FORMA A SEREM DISPARADORES DE NOVOS FLUXOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.
		ARTICULAÇÃO DE REDE SOCIOASSISTENCIAL	PROMOVER ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	65	<ul style="list-style-type: none"> . CAPACITAÇÃO SOBRE SUAS, SOBRE REDES DE ATENDIMENTO. . CRIAÇÃO DE GT (COM PARTICIPAÇÃO DO CMAS) PARA DISCUSSÃO DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS, DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO, - CRIAÇÃO DE INSTRUMENTAIS PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - AGENDAS DE DISCUSSÃO DE CASOS, VISANDO NÃO APENAS A RESOLUTIVIDADE DE CASOS ESPECÍFICOS, MAS DE FORMA A SEREM DISPARADORES DE NOVOS FLUXOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.
IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL AO CMAS	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL AO CMAS	GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO CMAS	66	<ul style="list-style-type: none"> - CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS - FORNECER SUBSÍDIOS NORMATIVOS - FORNECER AS ESTRUTURAS FÍSICA E OPERACIONAL NECESSÁRIAS
		DAR SUPORTE AO PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS	MELHORAR PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS	67	ORGANIZAR COM EXECUTIVA DOS CONSELHOS UM CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTO
		MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO	MODERNIZAR PROCESSOS DE ELEIÇÃO	68	ARTICULAR COM O DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO/SECRETARIA DE GOVERNO PARA CONSTRUÇÃO DE <i>HOTSITE</i> DO CONSELHO NA PÁGINA OFICIAL DA PREFEITURA NA INTERNET COM LINK PARA PLATAFORMA DE CREDENCIAMENTO DE CANDIDATOS/ELEITORES E VOTAÇÃO.
		ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO CMAS	ATUALIZAR LEGISLAÇÃO DO CMAS	69	INCENTIVAR CMAS A REVISAR A LEGISLAÇÃO DO CONSELHO PARA FACILITAR O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DO PBF E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS.
	PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	AUMENTAR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA POLITICA DE ASSISTÊNCIA	70	<ul style="list-style-type: none"> - INCLUIR A TEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO/CONTROLE SOCIAL NOS TRABALHOS SOCIO EDUCATIVOS DESENVOLVIDOS NAS PROTEÇÕES E SERVIÇOS. - INCENTIVAR E PROMOVER DEBATES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O PAPEL DO CONSELHO E A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL. -PRODUZIR MATERIAL ESPECÍFICO PARA SENSIBILIZAR E DEBATER A TEMÁTICA.
CONTROLE SOCIAL		INSTITUIR CONSELHOS GESTORES EM TODOS OS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	71	CRIAR GT PARA DISCUTIR COMO VIABILIZAR A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO, DISCUTIR CRONOGRAMA E METODOLOGIA.	

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)
	DISSEMINAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS	SISTEMATIZAR O ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS	72	SISTEMATIZAR DADOS DA VIGILÂNCIA PERIODICAMENTE PARA APRESENTAÇÃO AO CMAS.
		ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS	SISTEMATIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS	74	CAPACITAR O CMAS PARA QUE COMPREENDA O FUNCIONAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS, SUA LEGISLAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, E AS ESPECIFICIDADES DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. - ORGANIZAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DE FORMA QUE POSSAM SER ACOMPANHADAS MENSALMENTE PELOS CONSELHEIROS OU COMISSÃO ESPECÍFICA.
		TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES	TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES REFERENTES A ASSISTÊNCIA SOCIAL	75	.CMAS REALIZAR ANUALMENTE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA CONFERIR O MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS DE CONFERÊNCIAS; . SUBMETER FLUXOS E PROTOCOLOS À APRECIÇÃO DO CMAS . PUBLICIZAR O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IMPRESSÃO DOS ESTUDOS DIAGNÓSTICOS E DO PLANO MUNICIPAL, ETC)
		DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS E CAMPANHAS	DIVULGAR SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CAMPANHAS	75	ARTICULAR COM SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS, TODOS OS CONSELHOS E POLÍTICA DE ASS. SOCIAL, BEM COMO CAMPANHAS (EX.: DIVULGAÇÃO DISQUE 100, POPULAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS, CAMPANHA SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, DIVULGAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, INCLUINDO ESCLARECIMENTOS PARA OUTRAS SECRETARIAS)
		PAGINA DE INTERNET DA SECRETARIA DE Assistência Social	PUBLICIZAR DADOS DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E AÇÕES	76	CRIAÇÃO DA PAGINA PELO SETOR COMPETENTE E DE FLUXO DE ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES; INCLUIR ABA PARA UTILIZAÇÃO DOS CONSELHOS, PARA DIVULGAÇÃO
		PROCEDER A REGULAMENTAÇÃO REFERENTE A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	REGULAMENTAR A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	77	- PROCEDER AS AÇÕES PARA REGULAMENTAR POR DECRETO NO QUE COUBER A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO
	QUALIFICAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E/OU EQUIPAMENTOS DO CMAS	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS	PROPICIAR A ESTRUTURA NECESSÁRIA	78	- GARANTIR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS - AQUISIÇÃO DE 1 VEÍCULO PARA CMAS

8. METAS ESTABELECIDAS

Para o plano foram desenhadas metas gerais. Na fase seguinte ao plano, de designação de responsáveis a cada ação, haverá desdobramento minucioso das metas. Segue quadro geral:

AÇÃO	Nº	METAS
AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA ORGANIZACIONAL, DE PLANEJAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	1	ADQUIRIR SISTEMA ORGANIZACIONAL, DE INFORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	2	ADQUIRIR 5 VEÍCULOS
ADEQUAÇÃO DE SETORES	3	NORMATIZAR FLUXOS E ROTINAS DE AÇÕES CONCLUIR PROCESSO DE REFORMA ADMINISTRATIVA.
CRIAÇÃO DE CARGOS	4	ADEQUAR RH CONFORME DEMANDA DA SPS
EDUCAÇÃO PERMANENTE	5	CRIAR EQUIPE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
	6	TER UM PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE.
SUPERVISÃO TÉCNICA	7	CONTRATAR SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA.
ESTRUTURAR O PROCESSO DE TRABALHO.	8	CRIAR EQUIPE DE GESTÃO DO TRABALHO
PLANEJAMENTO DAS UNIDADES E ÓRGÃO GESTOR	9	REALIZAR PLANEJAMENTO ANUALMENTE
ACOLHIDA AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	10	TER ESPAÇOS DE RECEPÇÃO ACOLHEDORES
AGILIZAR PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.	11	TER CELERIDADE NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS
ORGANIZAR ELABORAÇÃO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS	12	DESENVOLVER PROCESSOS PARTICIPATIVOS PARA ELABORAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
CRIAR CENTRAL DE CUSTOS	13	TER A CENTRAL DE CUSTOS
MONITORAMENTO	14	INSTITUIÇÃO DE PROCESSO DE MONITORAMENTO
COLETA DE INFORMAÇÕES	15	TER SISTEMA NA SPS QUE VIABILIZE FLUXO DE COLETA, TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE DADOS, COM DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTAIS E INTERLIGAÇÃO DOS SERVIÇOS.
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	16	TER DIAGNOSTICO SOCIOTERRITORIAL PARA EMBASAR O PLANEJAMENTO E TOMADAS DE DECISÃO
INDICADORES SOCIAIS	17	PRODUZIR, PROCESSAR, DIFUNDIR E GERENCIAR INDICADORES
COMISSÃO PERMANENTE DE VIGILÂNCIA	18	APERFEIÇOAR A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL
ADEQUAÇÃO DE RH NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	19	AMPLIAR A EQUIPE DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL
ATENDIMENTO TERRITORIAL A TODOS	20	GARANTIR ATENDIMENTO A PESSOAS QUE RESIDEM DISTANTE DOS CRAS
DESENVOLVER OFICINAS DE TERRITORIALIZAÇÃO	21	EFETIVAR PROCESSO DO TRABALHO SOCIAL COM SUAS INTERFACES
AMPLIAR E QUALIFICAR A BUSCA ATIVA	22	CONSOLIDAR, INTEGRAR E EXPANDIR A PROTEÇÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS
APRIMORAR O PAIF	23	MELHORAR O SERVIÇO DO PAIF
CRIAÇÃO DE EQUIPE PARA GERENCIAR AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E SCFV	24	QUALIFICAR, DIVERSIFICAR, ACOMPANHAR E ATENDER AS DEMANDAS DO SCFV
OFERTAR REFEIÇÕES NO SCFV	25	OFERECER REFEIÇÃO NUTRITIVA E SUBSTANCIOSA
VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV	26	AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NOS SERVIÇOS
IMPLANTAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA	27	OFERTAR ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA VISANDO O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES

		E COMUNITÁRIOS
DESENVOLVER PROCESSO DE ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	28	APRIMORAR ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
DIFUNDIR OS DIREITOS DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	29	SENSIBILIZAR SOCIEDADE CIVIL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS.
MELHORAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	30	MELHORAR AS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO NO SERVIÇO.
	31	CONCRETIZAR PARCERIAS REFERENTES A PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO E EMPREGO
	32	DIMINUIR REINCIDÊNCIAS, APRIMORANDO PARCERIAS PARA AMPLIAR E QUALIFICAR POSTOS DE PRESTAÇÃO, ATINGINDO AS METAS DO PIA NOS CASOS DE PSC (MSE); DESENVOLVENDO CONSTRUÇÕES CONJUNTAS.
	33	TER ASSEMBLEIAS REGULARES DE MSE
MELHORAR SERVIÇO DO CENTRO POP	34	OFERTAR ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA NO CENTRO POP
	35	APRIMORAR INFRAESTRUTURA DO CENTRO POP
	36	DIFUNDIR A TEMÁTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E PUBLICIZAR SUA REALIDADE E SEUS DIREITOS.
FOMENTAR AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL	37	TER DIAGNÓSTICO REFERENTE AO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO.
	38	TER ESTRUTURA PARA O SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SEAS).
	39	DEFINIÇÃO DE FLUXO DE ATENDIMENTO, ABORDAGEM E SERVIÇOS RELACIONADOS AO PETI.
APRIMORAR O PAEFI	40	TER ESPAÇO DE DIALOGO E FORMAÇÃO PERMANENTE ENTRE CRAS E CREAS (MATRICIAMENTO)
	41	REALIZAR MENSALMENTE ATENDIMENTOS COLETIVOS PARA FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAEFI
	42	TER GRUPO TEMÁTICO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SOBRE CREAS/PAEFI
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO – MODALIDADE REPÚBLICA	43	EFETIVAR O ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DO SERVIÇO PARA TER SERVIÇO REGIONALIZADO.
FAMÍLIA ACOLHEDORA	44	EFETIVAR O ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DO SERVIÇO
APRIMORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO (ALBERGUE)	45	OFERTAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS COM QUALIDADE.
TRABALHAR AUTONOMIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA USUÁRIOS DO ALBERGUE E PÚBLICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ADULTO	46	AMPLIAR POSSIBILIDADES DE REINSERÇÃO FAMILIAR E SOCIAL
FORTALECER AÇÕES PARA DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OU QUE EVITEM ACOLHIMENTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	47	DIMINUIR NUMERO DE ACOLHIMENTOS, BEM COMO REDUZIR TEMPO DE ACOLHIMENTO.
MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	48	TER GRUPO INTERSECRETARIAL PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.
MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOA IDOSA	49	TER GRUPO INTERSECRETARIAL PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.
IMPLANTAR LAVANDERIA COMUNITÁRIA	50	TER UMA LAVANDERIA COMUNITÁRIA
IMPLANTAÇÃO DE CASA DE PASSAGEM PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE	51	ACOLHER PROVISORIAMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	52	MELHORAR INFRAESTRUTURA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO
ACESSO A INTERNET PARA O CENTRO POP	53	IMPLANTAR INTERNET NO CENTRO POP

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	54	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA	55	MELHORAR INFRAESTRUTURA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO
IDENTIFICAR EQUIPAMENTOS DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	56	IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS
SEGURANÇA DAS UNIDADES	57	IMPLANTAR EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO
FORMAÇÃO SOBRE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	58	MELHORAR UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	59	REGULAMENTAR OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS A NÍVEL MUNICIPAL
DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	60	REALIZAR DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
APRIMORAR A GESTÃO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	61	APRIMORAR O GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS
ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	62	PROMOVER ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES DA REDE INTERSETORIAL PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO
TERRITORIALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	63	TERRITORIALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO
CAPACITAÇÃO DE OSC'S	64	REGULARIZAR ORGANIZAÇÕES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E NÃO ESTÃO INSCRITAS NOS CONSELHOS DE DIREITOS
ARTICULAÇÃO DE REDE SOCIOASSISTENCIAL	65	PROMOVER ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL
APOIO TÉCNICO OPERACIONAL AO CMAS	66	GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO CMAS
DAR SUPORTE AO PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS	67	MELHORAR PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS
MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO	68	MODERNIZAR PROCESSOS DE ELEIÇÃO
ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO CMAS	69	ATUALIZAR LEGISLAÇÃO DO CMAS
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	70	AUMENTAR PARTICIPAÇÃO DE USUÁRIOS E DA SOCIEDADE CIVIL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
CONTROLE SOCIAL	71	INSTITUIR CONSELHOS GESTORES EM TODOS OS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL
ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS	72	SISTEMATIZAR O ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS
ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS	73	SISTEMATIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS
TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES	74	TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES REFERENTES A ASSISTÊNCIA SOCIAL
	75	DIVULGAR SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CAMPANHAS
PAGINA DE INTERNET DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	76	PUBLICIZAR DADOS DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E AÇÕES
PROCEDER A REGULAMENTAÇÃO REFERENTE A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	77	REGULAMENTAR A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS	78	PROPICIAR A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS

9. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Pretende-se que todas as ações tenham impacto direto sobre os usuários e que signifique a evolução do Sistema Único de Assistência Social em Mauá, de forma que se aproxime cada vez mais dos objetivos gerais da PNAS e da necessidade da população. Segue quadro com os resultados esperados:

EIXO	AÇÃO	Nº	RESULTADOS ESPERADOS
APRIMORAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL	DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS ORGANIZACIONAIS, DE PLANEJAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	1	APRIMORAMENTO ORGANIZACIONAL E PLANEJAMENTO ADEQUADO
	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	2	AGILIDADE NOS DESLOCAMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.
	ADEQUAÇÃO DE SETORES	3	NORMATIZAÇÃO DE FLUXOS, CRIAÇÃO DE EQUIPE DE GESTÃO DO TRABALHO E ADEQUAÇÕES ADMINISTRATIVAS
	CRIAÇÃO DE CARGOS	4	ADEQUAÇÃO DE RH CONFORME DEMANDA DA SPS
	EDUCAÇÃO PERMANENTE	5	REALIZAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMADAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
		6	TER UM PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
	SUPERVISÃO TÉCNICA	7	SERVIÇOS COM MAIOR QUALIDADE
	ESTRUTURAR O PROCESSO DE TRABALHO.	8	DEFINIÇÃO DE FLUXO DE TRABALHO PSB, PSE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CCU, SPS
	PLANEJAMENTO DAS UNIDADES E ÓRGÃO GESTOR	9	EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONFORME PLANEJADO
	ACOLHIDA AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	10	RECEPÇÃO AOS USUÁRIOS DE FORMA HUMANIZADA
	AGILIZAR PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.	11	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM TEMPO ESTIMADO
	ORGANIZAR ELABORAÇÃO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS	12	GARANTIR PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA ELABORAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
	CRIAR CENTRAL DE CUSTOS	13	TERMOS DE REFERÊNCIA E DE COLABORAÇÃO ADEQUADOS
	MONITORAMENTO	14	APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS
	COLETA DE INFORMAÇÕES	15	CONSOLIDAÇÃO DE INFORMAÇÕES CLARAS E PRECISAS SOBRE OS SERVIÇOS E DEMANDAS
	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	16	EMBASAMENTO PARA PROCESSOS DE PLANEJAMENTO DE AÇÕES E TOMADAS DE DECISÃO.
	INDICADORES SOCIAIS	17	CONSOLIDAR BASES DE ANÁLISE, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
	COMISSÃO PERMANENTE DE VIGILÂNCIA	18	ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE FLUXOS, PROCEDIMENTOS E RESULTADOS.
	ADEQUAÇÃO DE RH NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	19	QUALIFICAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.
	ATENDIMENTO TERRITORIAL A TODOS	20	ATENDIMENTO A PESSOAS QUE RESIDEM DISTANTES DOS CRAS

EIXO	AÇÃO	Nº	RESULTADOS ESPERADOS
	DESENVOLVER OFICINAS DE TERRITORIALIZAÇÃO	21	TRABALHO SOCIAL COM MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ATORES PRESENTES NO TERRITÓRIO.
	AMPLIAR E QUALIFICAR A BUSCA ATIVA	22	QUALIFICAÇÃO E EXPANSÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS
	APRIMORAR O PAIF	23	QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO DO PAIF
	CRIAÇÃO DE EQUIPE PARA GERENCIAR AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E SCFV	24	OFERTA DE SCFV ADEQUADO E SINTONIZADO COM A REALIDADE SOCIAL DOS TERRITÓRIOS
	OFERTAR REFEIÇÕES NO SCFV	25	OFERTA DE REFEIÇÕES PARA OS PARTICIPANTES DO SCFV
GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL	VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV	26	PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NOS SERVIÇOS
	IMPLANTAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA	27	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO PARA A PESSOA IDOSA
	DESENVOLVER PROCESSO DE ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	28	QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
	DIFUNDIR OS DIREITOS DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	29	SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE A REALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS.
	MELHORAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	30	PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO NO SERVIÇO.
		31	ACESSO DO USUÁRIO A EMPREGO
		32	DIMINUIÇÃO DE REINCIDÊNCIA.
	MELHORAR SERVIÇO DO CENTRO POP	33	REALIZAÇÃO PERMANENTE DE ASSEMBLEIAS DE MSE
		34	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA NO CENTRO POP
		35	ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NO CENTRO POP
		36	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS SOCIOEDUCATIVAS E CAPACITAÇÃO DE ATORES INTERSECRETARIAIS QUE ATUAM COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.
	FOMENTAR AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL	37	DEFINIÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL
		38	APRIMORAMENTO DO SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SEAS).
		39	DEFINIÇÃO DE FLUXO DE ATENDIMENTO, ABORDAGEM E SERVIÇOS RELACIONADOS AO PETI.
	APRIMORAR O PAEFI	40	CONSOLIDAÇÃO DE ESPAÇO DE DIÁLOGO ENTRE AS PROTEÇÕES
		41	GARANTIA DE ATENDIMENTOS COLETIVOS
		42	ARTICULAÇÃO E TROCA DE EXPERIÊNCIA REGIONAL
	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO – MODALIDADE REPÚBLICA	43	CONSOLIDAÇÃO DE ESTUDO QUE ORIENTE DEFINIÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO REGIONALIZADO.
	FAMÍLIA ACOLHEDORA	44	OBTENÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS, PARA DEFINIÇÃO SOBRE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA.
	APRIMORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO (ALBERGUE)	45	REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS COM QUALIDADE.
TRABALHAR AUTONOMIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA USUÁRIOS DO ALBERGUE E PÚBLICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ADULTO	46	AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE PROCESSOS DE REINSERÇÃO FAMILIAR E SOCIAL	

EIXO	AÇÃO	Nº	RESULTADOS ESPERADOS
	FORTALECER AÇÕES PARA DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OU QUE EVITEM ACOLHIMENTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	47	DIMINUIÇÃO DE ACOLHIMENTOS, BEM COMO REDUÇÃO DE TEMPO DE ACOLHIMENTO.
	MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	48	CONSTITUIÇÃO DE GRUPO INTERSECRETARIAL PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO E MELHORA DOS SERVIÇO.
	MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOA IDOSA	49	CONSTITUIÇÃO DE GRUPO INTERSECRETARIAL PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO E MELHORA DO SERVIÇO.
	IMPLANTAR LAVANDERIA COMUNITÁRIA	50	IMPLANTAÇÃO DE UMA LAVANDERIA COMUNITÁRIA, PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO
	IMPLANTAÇÃO DE CASA DE PASSAGEM PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE	51	ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	52	EXECUÇÃO DO TRABALHO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS.
	ACESSO A INTERNET PARA O CENTRO POP	53	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE INTERNET NO CENTRO POP
	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	54	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
	MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA	55	MELHORA NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS.
	IDENTIFICAR EQUIPAMENTOS DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	56	IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS
	SEGURANÇA DAS UNIDADES	57	IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO
	FORMAÇÃO SOBRE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	58	UTILIZAÇÃO ADEQUADA DOS RECURSOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
	REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	59	REGULAMENTAR OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS A NÍVEL MUNICIPAL
	DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	60	REALIZAÇÃO DE DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
	APRIMORAR A GESTÃO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	61	CONSOLIDAÇÃO E FLUXOS E GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS
	ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	62	ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO
	TERRITORIALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	63	AMPLIAÇÃO DO ACESSO DOS USUÁRIOS AO CADASTRO ÚNICO
	CAPACITAÇÃO DE OSC'S	64	REGULARIZAÇÃO E DEVIDA INSCRIÇÃO NOS CONSELHOS DE DIREITOS
	ARTICULAÇÃO DE REDE SOCIOASSISTENCIAL	65	ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL
	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL AO CMAS	66	GARANTIA DO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO CMAS
	DAR SUPORTE AO PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS	67	REALIZAÇÃO ADEQUADA DO PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS
	MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO	68	REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES DOS CONSELHOS DE FORMA ÁGIL E AMPLA.
	ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO CMAS	69	ATUALIZAÇÃO LEGISLAÇÃO DO CMAS
IMP LEM	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	70	AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE USUÁRIOS E DA SOCIEDADE CIVIL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA

EIXO	AÇÃO	Nº	RESULTADOS ESPERADOS
ENTÃO DO CONTROLE SOCIAL	CONTROLE SOCIAL	71	INSTITUIÇÃO DE CONSELHOS GESTORES EM TODOS OS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL
	ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS	72	SISTEMATIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS
	ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS	73	SISTEMATIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS
	TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES	74	TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES REFERENTES A ASSISTÊNCIA SOCIAL
		75	DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE CAMPANHAS
	PAGINA DE INTERNET DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	76	PUBLICIZAÇÃO DE DADOS, SERVIÇOS, PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
	PROCEDER A REGULAMENTAÇÃO REFERENTE A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	77	REGULAMENTAÇÃO DA LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS	78	ESTRUTURAÇÃO NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS

10. RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS

Os recursos humanos para quase todas as ações são os trabalhadores do SUAS, visto que este é o recurso que permite a execução de um plano elaborado e executado de forma participativa; os trabalhadores são os que fomentam a participação popular, inclusive. Considerando-se que os recursos humanos são custeados por recursos do tesouro, as ações voltadas aos serviços da rede direta serão custeadas quase totalmente por recursos federais. Os serviços da rede indireta serão custeados por recursos municipais, federais e estaduais. O município priorizou destinar os recursos estaduais em quase sua totalidade para as Organizações da Sociedade Civil por entender que este é recurso com melhor previsão de data de repasse. Segue quadro:

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS ORGANIZACIONAIS, DE PLANEJAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	1	CONTRATAR SERVIÇO E SISTEMA QUE INTERLIGUE A REDE SUAS E GARANTA PROCESSO ORGANIZACIONAL, DE INFORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	RECURSOS HUMANOS PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA DO SISTEMA; RECURSOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO	- IGD SUAS - MUNICIPAL
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	2	DESENVOLVER PLANO DE ACESSO A VEÍCULOS PARA COMPOSIÇÃO DE FROTA A SERVIÇO DA SECRETARIA, CONSIDERANDO SER VITAL A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA CADA DOIS CRAS.	RECURSOS HUMANOS PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRAS; RECURSOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO	EMENDAS FEDERAL E ESTADUAL
ADEQUAÇÃO DE SETORES	3	CONSIDERAR AS NORMATIZAÇÕES E PROCESSOS DESENVOLVIDOS PELA EQUIPE DE GESTÃO DO TRABALHO. ACOMPANHAR PROCESSO DE REFORMA ADMINISTRATIVA.	RECURSOS HUMANOS PARA ESTUDO E ADEQUAÇÕES E ACOMPANHAMENTO DA REFORMA ADMINISTRATIVA	
CRIAÇÃO DE CARGOS	4	- REVISAR DEMANDA DE PROFISSIONAIS PARA OS SERVIÇOS E PROGRAMAS, INCLUSIVE COM LEVANTAMENTO DE CUSTO; - ACOMPANHAR PROCESSO DE REFORMA ADMINISTRATIVA, ATENTOS A POSSIBILIDADES DE ADEQUAÇÕES	RECURSOS HUMANOS PARA LEVANTAMENTO DA DEMANDA E DE CUSTOS	
EDUCAÇÃO PERMANENTE	5	- CRIAÇÃO DE EQUIPE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE.	RECURSOS HUMANOS PARA FORMAÇÃO DA EQUIPE, CAPACITAÇÃO E MATERIAIS PARA APLICAÇÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	- MUNICIPAL
	6	- ELABORAR E EXECUTAR O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, OBSERVANDO AS SEGUINTE DIRETRIZES; - CAPACITAR PARA APRIMORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS - QUE PROMOVA A VALORIZAÇÃO, ATUAÇÃO E PERTENÇA AO SUAS DO MUNICÍPIO; - QUE CONTEMPLE AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE CADA GERÊNCIA, DEPARTAMENTO E SERVIÇOS; - QUE DIRECIONE-SE A TODA A REDE SOCIOASSISTENCIAL; - QUE PROMOVA A OPERAÇÃO, INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO; CONSIDERANDO ESPAÇOS DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS	RECURSOS HUMANOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO	
SUPERVISÃO TÉCNICA	7	CONTRATAR PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA ATENDER AOS SERVIÇOS NA SUPERVISÃO TÉCNICA.	LOCAL PARA SUPERVISÃO, ASSESSORIA, RH, RECURSOS FEDERAIS PARA CONTRATAÇÃO	- IGD SUAS
ESTRUTURAR O	8	- CRIAR EQUIPE DE GESTÃO DO TRABALHO, PARA;	TRABALHADORES PARA COMPOR A EQUIPE	

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
PROCESSO DE TRABALHO.		DESENVOLVER PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO; – ORIENTAR E PROMOVER PROCESSO DE REVISÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS. – PROMOVER A NORMATIZAÇÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS. – PROMOVER AÇÕES DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL – ASSESSORAR E ACOMPANHAR AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE		
PLANEJAMENTO DAS UNIDADES E ÓRGÃO GESTOR	9	ORGANIZAR COM PROTEÇÕES O PLANEJAMENTO ANUAL DOS SERVIÇOS / UNIDADES; ESTABELECE CRONOGRAMA; INCLUIR ITENS QUE COMPORÃO PLANO DE AÇÃO (ANUAL)	TRABALHADORES, ENTIDADES, CONSELHEIROS DE UNIDADE E USUÁRIOS E MATERIAIS DE PLANEJAMENTO	RECURSOS FEDERAIS DE CUSTEIO DAS PROTEÇÕES
ACOLHIDA AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	10	REVER LAYOUT DE RECEPÇÃO DAS UNIDADES, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA, MULHERES COM CRIANÇAS, CRIANÇAS, ENTRE OUTRAS.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA REVISÃO E IMPLANTAÇÃO DE LAYOUT.	RECURSOS FEDERAIS DE CUSTEIO DAS PROTEÇÕES
AGILIZAR PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.	11	PROPICIAR AGILIDADE NA ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA CAPACITAR UM TÉCNICO DE REFERÊNCIA DE CADA PROTEÇÃO E SERVIÇO	RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS	MUNICIPAL
ORGANIZAR ELABORAÇÃO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS	12	REALIZAR ENCONTRO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO ENVOLVENDO GERÊNCIAS DAS PROTEÇÕES E RESPONSÁVEIS POR SERVIÇOS E DIVISÕES. .ESTABELECE CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DE LDO, LOA E PPA, COM ANTECEDÊNCIA AOS PRAZOS LEGAIS. .SUBMETE LDO, LOA E PPA AO CMAS PARA APRECIÇÃO ANTES DO ENVIO DA PROPOSTA À SECRETARIA DE FINANÇAS.	RECURSOS HUMANOS	
CRIAR CENTRAL DE CUSTOS	13	– LISTAR SERVIÇOS; - LEVANTAR OS CUSTOS COM OS SERVIÇOS; - ESTUDO DE CUSTEIO ORÇAMENTÁRIO - PUBLICIZAR DADOS	RECURSOS HUMANOS	
MONITORAMENTO	14	DESIGNAR EQUIPE VIA REMANEJAMENTO INTERNO; ESTRUTURAR AÇÕES E RESPONSABILIDADES, BEM COMO FLUXO DE TRABALHO	RECURSOS HUMANOS	
COLETA DE INFORMAÇÕES	15	APERFEIÇOAR O SISTEMA (SOCIAL (WEB) *APRIMORAR INSTRUMENTAIS;	TRABALHADORES PARA PROPOR INSTRUMENTAIS E ELABORAÇÃO DE	

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
		*APRIMORAR INSTRUMENTAIS DOS SERVIÇOS DA MÉDIA COMPLEXIDADE; *REALIZAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS	PROJETOS	
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	16	CONTRATAR ASSESSORIA OU EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL PARA LEVANTAMENTO DE DEMANDAS DOS USUÁRIOS E NECESSIDADE DE COBERTURA DE SERVIÇOS, BEM COMO DETALHES DE INDICADORES E DEMANDAS POR TERRITÓRIO DE CRAS, INCIDÊNCIA E GEORREFERENCIAMENTO DE DEMANDA DO PÚBLICO DO CREAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL; - CONSIDERAR AÇÃO CONJUNTA COM A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INCLUSIVE DESTRINCHANDO O CENSO 2022	TRABALHADORES PARA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E ELABORAÇÃO DE CHAMAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO. RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO	GD SUAS - RECURSOS FEDERAIS DE CUSTEIO DAS PROTEÇÕES
INDICADORES SOCIAIS	17	CAPACITAR EQUIPE DE VIGILÂNCIA EM RELAÇÃO A NECESSIDADES DO SETOR, ESPECIALMENTE QUANTO À PRODUÇÃO DE INDICADORES PARA AUXILIAR NA GESTÃO DE TERRITÓRIO	EQUIPE DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, ARTICULAÇÃO COM SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E CAPACITAÇÃO	
COMISSÃO PERMANENTE DE VIGILÂNCIA	18	INSTITUIR COMISSÃO PERMANENTE PARA DISCUTIR VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL COM A REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS MUNICIPAL E REGIONALMENTE	GERENTES DAS PROTEÇÕES, UNIDADES E SERVIÇOS	
ADEQUAÇÃO DE RH NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	19	VISITAS DO CNEAS; MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS QUE SÃO ENCAMINHADOS A ESTA DIVISÃO; DEVOLUTIVA ÀS GERÊNCIAS E EQUIPAMENTOS; FORMULAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS COM RELAÇÃO AOS DADOS ENCAMINHADOS ATRAVÉS DOS RMA'S; DEFINIÇÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS.	RECURSOS HUMANOS, CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR	
ATENDIMENTO TERRITORIAL A TODOS	20	-REALIZAR ESTUDO DE ATENDIMENTO DE TERRITÓRIO DISTANTES DO CRAS, VISANDO A MELHOR VIABILIDADE PARA O MUNICÍPIO COMO OS RECURSOS DE EQUIPES VOLANTES E/ OU CRAS ITINERANTE. - DISPONIBILIDADE DE TRANSPORTES DOS FUNCIONÁRIOS AOS TERRITÓRIOS.	RECURSOS HUMANOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE	MUNICIPAL
DESENVOLVER OFICINAS DE TERRITORIALIZAÇÃO	21	REALIZAR TRABALHO SOCIAL COM CONHECIMENTO DE SUAS INTERFACES; TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITÓRIO, DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E CONSTITUIÇÃO DO MAPA DO TERRITÓRIO COM AS POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES.	RECURSOS HUMANOS	
AMPLIAR E	22	- REALIZAR ESTUDOS E MÉTODOS PARA O TRABALHO SOCIAL E	RECURSOS HUMANOS	

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
QUALIFICAR A BUSCA ATIVA		TERRITÓRIO EM AÇÃO; INCLUIR OS INVISÍVEIS, OU SEJA, AQUELES QUE NÃO POSSUEM DOCUMENTAÇÃO CIVIL. QUE MIGRAM DE ENDEREÇO COM MUITA FREQUÊNCIA, VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA, PERTENCEM A POPULAÇÕES TRADICIONAIS, HABITAM EM LOCAIS ISOLADOS, OU ATÉ MESMO, AQUELES QUE SIMPLEMENTE NÃO CONHECEM OS DIREITOS QUE TEM.		
APRIMORAR O PAIF	23	– TRABALHAR PREFERENCIALMENTE COM; GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO, ENCAMINHAMENTO, AÇÃO E OFICINA. DESENVOLVER ESTRATÉGIA E PARCERIA EM REDE NO TERRITÓRIO	RECURSOS HUMANOS	
CRIAÇÃO DE EQUIPE PARA GERENCIAR AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E SCFV	24	INSTITUIR EQUIPE, PARA DESENVOLVER PLANEJAMENTO, E ACOMPANHAR EXECUÇÃO E PROMOVER AVALIAÇÃO DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E DO SCFV – REALIZAR TRABALHO EM REDE/PARCERIAS COM OUTRAS SECRETARIAS E SERVIÇOS, A FIM DE OPORTUNIZAR ATENDIMENTO DIVERSIFICADO QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS; – REALIZAR LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÃO DAS DEMANDAS E DA EXECUÇÃO DO SCFV, CONSIDERANDO TRABALHADORES, PERFIL PROFISSIONAL, NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DAS AÇÕES, ATIVIDADES E DE CAPACITAÇÃO, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS; – OFERTAR SCFV PARA ADULTOS, INCLUSIVE ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	RECURSOS HUMANOS PARA COMPOR A EQUIPE; RECURSOS PARA PLANEJAMENTO E CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DO SCFV; CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS; COMPRA DE MATERIAIS.	RECURSOS FEDERAIS DE CUSTEIO DAS PROTEÇÕES
OFERTAR REFEIÇÕES NO SCFV	25	– CONSTRUIR OU ADAPTAR COZINHAS PARA POSSIBILITAR A PREPARAÇÃO DAS REFEIÇÕES – CONTRATAÇÃO DE RH PARA O TRABALHO NAS COZINHAS.	RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO E OU ADAPTAÇÃO DE COZINHAS; RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA FUNCIONAMENTO DAS COZINHAS E PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS; RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS;	MUNICIPAL
VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV	26	-DESENVOLVER ESTRATÉGIAS E PARCERIAS VISANDO A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV. – OFERTAR E AMPLIAR O ALCANCE DO PÚBLICO MASCULINO NOS SERVIÇOS.	RECURSOS HUMANOS	
IMPLANTAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA	27	ELABORAÇÃO DE PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA, CONSIDERANDO: (CUIDADOS BÁSICOS DO DIA A DIA, INCLUSÃO SOCIAL, ACESSO A	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	MUNICIPAL FEDERAL

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
PESSOA IDOSA		BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS, PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE CONVÍVIO, MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA) – VIABILIZAR AS CONDIÇÕES E PARCERIAS PARA IMPLANTAÇÃO.		
DESENVOLVER PROCESSO DE ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	28	DEFINIR EQUIPE ESPECÍFICA DE ABORDAGEM SOCIAL (SITUAÇÃO DE RUA); AVALIAR POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAR O SERVIÇO.	RECURSOS HUMANOS	
DIFUNDIR OS DIREITOS DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	29	FORMAÇÃO SOBRE POPULAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS PARA TODOS OS TRABALHADORES DA SP5 E AOS SERVIÇOS DE OUTRAS SECRETARIAS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, TRABALHO E RENDA), BEM COMO SOCIEDADE CIVIL.	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS PARA CAPACITAÇÃO; MATERIAIS PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	MUNICIPAL FEDERAL
MELHORAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	30	VIABILIZAR ESTRUTURA PARA MSE: ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE P/ ATENDIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO; -OFERECER TRANSPORTE E ESTRUTURA PARA PÚBLICO DA MSE PARTICIPAR DE CONFERÊNCIAS; ELABORAR PROJETOS PARA ACESSO AO FMDCA PARA USO NA MSE;	RECURSOS FINANCEIROS PARA TRANSPORTE; ALIMENTAÇÃO E MATERIAIS PARA OFICINAS	RECURSOS FEDERAIS PARA CUSTEIO DAS PROTEÇÕES – ESTADUAL
	31	ARTICULAR COM SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA E OSC PARA CRIAR PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO JOVEM APRENDIZ / PRIMEIRO EMPREGO AO PUBLICO MSE	RECURSOS HUMANOS	
	32	REALIZAR NOVAS PARCERIAS PARA OFERTA DE PSC (MSE); -PROMOVER AÇÕES DE CONSTRUÇÃO CONJUNTA (CREAS/POSTO DE PRESTAÇÃO) DE METAS DO PIA NOS CASOS DE PSC (MSE)	RECURSOS HUMANOS	
	33	INSTITUIR ASSEMBLEIA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA;	RECURSOS HUMANOS	
MELHORAR SERVIÇO DO CENTRO POP	34	FORMALIZAR PARCERIA COM SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE, OU CONTRATAR OFICINEIROS, PARA OFERTAR ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA NO CENTRO POP	RECURSOS FINANCEIROS PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS	RECURSO FEDERAL PARA CUSTEIO – PSE
	35	APRIMORAR INFRAESTRUTURA DO CENTRO POP, ATRAVÉS DE REFORMA QUE CONSIDERE AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, INCLUINDO QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PET	RECURSOS FINANCEIROS PARA REFORMA E ADEQUAÇÕES	RECURSOS FEDERAIS DE CUSTEIO DAS PROTEÇÕES
	36	CONSTRUIR AGENDA COM OS TERRITÓRIOS EM PARCERIA COM CRAS / ESCOLAS/ UNIDADES DE SAÚDE, PARA TRABALHAR COM A SOCIEDADE CIVIL A TEMÁTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS	RECURSOS HUMANOS RECURSOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	MUNICIPAL

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
		DIREITOS		
FOMENTAR AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL	37	REALIZAR DIAGNÓSTICO SOBRE A SITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E ATENDIMENTO DA REDE NO MUNICÍPIO.	RECURSOS HUMANOS; CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA MAPEAMENTO	MUNICIPAL
	38	OFERTAR ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SEAS)	RECURSOS HUMANOS; DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE	MUNICIPAL
	39	ELABORAR E FORTALECER O FLUXO DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS ÀS FAMÍLIAS E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL	EQUIPE DE ABORDAGEM E GESTÃO DO TRABALHO	
APRIMORAR O PAEFI	40	CRIAR ESPAÇO DE DIALOGO E FORMAÇÃO PERMANENTE ENTRE CRAS E CREAS (MATRICIAMENTO)	RECURSOS HUMANOS	
	41	GARANTIR MENSALMENTE ATENDIMENTOS COLETIVOS PARA FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAEFI	RECURSOS HUMANOS PARA ATIVIDADES; MATERIAIS PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES;	RECURSOS FEDERAIS DE CUSTEIO DAS PROTEÇÕES
	42	ARTICULAR COM A DRADS A TROCA DE EXPERIÊNCIAS DO PAEFI DOS MUNICÍPIOS, PODENDO SER GRUPO TEMÁTICO SOBRE CREAS, VIA CONSÓCIO INTERMUNICIPAL DO ABC.	EQUIPE E DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE	MUNICIPAL RECURSOS FEDERAIS DE CUSTEIO DAS PROTEÇÕES
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO – MODALIDADE REPÚBLICA	43	CONHECER OUTRAS EXPERIÊNCIAS; SOLICITAR APOIO TÉCNICO DA DRADS E MDS; SOLICITAR APOIO JURÍDICO E DO CMAS; REALIZAR ESTUDO DE CUSTO INCENTIVAR CRIAÇÃO DE GT INTERMUNICIPAL PARA ESTUDO, ELABORAÇÃO ENCAMINHAMENTOS, DEFINIÇÕES E VIABILIZAÇÃO DA PROPOSTA.	RECURSOS HUMANOS DA SPS E DA DRADS E MDS ; DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE	MUNICIPAL
FAMÍLIA ACOLHEDORA	44	CRIAR GT DO TEMA; CONHECER OUTRAS EXPERIÊNCIAS; SOLICITAR APOIO TÉCNICO DA DRADS E MDS; SOLICITAR APOIO JURÍDICO E DO CMAS; REALIZAR ESTUDO DE CUSTO -REVISÃO DA LEI 3925/06 E 5374/18	RECURSOS HUMANOS DA SPS E DA DRADS E MDS; DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE	MUNICIPAL
APRIMORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO	45	– TRANSFERIR E TER LOCAL EXCLUSIVO PARA OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS, COM EQUIPE TAMBÉM EXCLUSIVA A ESTE SERVIÇO (AVALIAR POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAR EQUIPE)	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS FEDERAL E ESTADUAL; MATERIAIS PARA ESTUDO E PLANEJAMENTO	RECURSOS FEDERAIS PARA CUSTEIO DAS

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
(ALBERGUE)		. PLEITEAR RECURSOS ESTADUAIS P/MELHORAR O SERVIÇO; ADEQUAR O SERVIÇO AO TEXTO DE ORIENTAÇÃO PARA O REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO ADULTA E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA	DE REORDENAÇÃO	PROTEÇÕES. ESTADUAL
TRABALHAR AUTONOMIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA USUÁRIOS DO ALBERGUE E PÚBLICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ADULTO	46	– IDENTIFICAR ENTRE AS PESSOAS ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE, AS QUE APRESENTAM POTENCIAL DE DESACOLHIMENTO. – DESENVOLVER PLANOS INDIVIDUAIS DE ATENDIMENTO COM ESTA FINALIDADE PARA ESTES USUÁRIOS. – DESENVOLVER PLANOS INDIVIDUAIS DE ATENDIMENTO PARA OS USUÁRIOS DO ALBERGUE VISANDO A SAÍDA DA SITUAÇÃO DE RUA. – FORTALECER ARTICULAÇÃO E AÇÃO INTERSETORIAL (SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E TRABALHO E RENDA, ETC)	RECURSOS HUMANOS ARTICULAÇÃO	
FORTALECER AÇÕES PARA DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OU QUE EVITEM ACOLHIMENTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	47	– CONCRETIZAR PROCESSO QUE APROVE E REGULAMENTE A LEI DE AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA FORTALECER NÚCLEO FAMILIAR, NOS CASOS DE DESACOLHIMENTO E OU PARA EVITAR ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. – GARANTIR ACESSO A FRENTE DE TRABALHO – DESENVOLVER PROCESSO DE PLANO INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR PARA CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE ACOLHIDO INSTITUCIONALMENTE. – PROMOVER ARTICULAÇÃO E AÇÕES INTERSETORIAL E COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL. - - DESENVOLVER PROGRAMA DE APADRINHAMENTO	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	MUNICIPAL
MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	48	PROPOR AGENDA COM SAÚDE PARA DISCUTIR PÚBLICO DA RI, QUE NÃO É CASO DE TRANSTORNO MENTAL CRIAÇÃO DE GT ENTRE SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, PARA MELHOR ATENDIMENTO DO PÚBLICO ALVO ATENDIDO NAS RI'S	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	
MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOA IDOSA	49	– PACTUAR COM A SECRETARIA DE SAÚDE O ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE ACOLHIMENTO DE PESSOA IDOSA COM GRAU DE DEPENDÊNCIA III, ADVINDOS DA ILPI, CONVENIADA COM A SPS	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	RECURSOS FEDERAIS DE CUSTEIO DAS PROTEÇÕES MUNICIPAIS
IMPLANTAR LAVANDERIA	50	ATENDIMENTO COM DIAS AGENDADOS, ACOMPANHADOS POR SERVIDOR PARA ORIENTAÇÕES E MANUSEIO DOS EQUIPAMENTOS	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	RECURSOS FEDERAIS DE

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
COMUNITÁRIA				CUSTEIO DAS PROTEÇÕES
IMPLANTAÇÃO DE CASA DE PASSAGEM PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE	51	OFERECER ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFASTADOS DO NÚCLEO FAMILIAR, SITUAÇÃO DE ABANDONO, IMEDIATO E EMERGENCIAL; ACOLHIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PELO JUDICIÁRIO	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	RECURSOS FEDERAIS PARA CUSTEIO DE PROTEÇÕES MUNICIPAL
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	52	COMPRA DE MOBÍLIA E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE ATENDIMENTO; REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTO DO CADUNICO PARA UNIDADES;	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	- IGD SUAS - IGD BF
ACESSO A INTERNET PARA O CENTRO POP	53	IMPLANTAR INFRAESTRUTURA DE INTERNET PARA O CENTRO POP	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	MUNICIPAL
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	54	ABASTECER AS UNIDADES COM MATERIAIS DIVERSOS (PAPELARIA, PEDAGÓGICO, INSUMOS DE ARTESANATO, ESCRITÓRIO) PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PREVISTAS NOS PLANEJAMENTOS LOCAIS. .POTES E GARRAFAS PARA RECEPÇÕES DOS SERVIÇOS	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	- RECURSOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA	55	GARANTIR CONTINUIDADE NOS PROCESSOS DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA SPS	RECURSOS HUMANOS; (SPS E OBRAS) RECURSOS FINANCEIROS	- RECURSOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
IDENTIFICAR EQUIPAMENTOS DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	56	DESENVOLVER PROCESSO DE AQUISIÇÃO, CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO EM TODOS OS EQUIPAMENTOS DA SPS	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	MUNICIPAL
SEGURANÇA DAS UNIDADES	57	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA; - PACTUAR AÇÕES ESPECIFICAS JUNTO A SSP. ADQUIRIR CÂMERAS E ALARMES, GRADES, INSTALAR E TER MONITORAMENTO DA GCM	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	
FORMAÇÃO SOBRE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	58	FORMAÇÃO COM TRABALHADORES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DO RECURSO PARA BENEFICIO EVENTUAL, E MELHORIA DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTO	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA ESTUDO	- ESTADUAL - MUNICIPAL
REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	59	- CRIAÇÃO DE GRUPO PARA DESENVOLVER AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA REGULAMENTAÇÃO NO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI 5.805/2022.	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA ESTUDO	

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	60	– CONSIDERAR OS INDICADORES A SEREM PRODUZIDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ORGANIZACIONAL, INFORMATIZAÇÃO E SISTEMA DE DADOS PARA EXTRAÇÃO DE INDICADORES QUE APONTEM AS DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO.	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA ESTUDO	MUNICIPAL
APRIMORAR A GESTÃO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	61	PLANEJAR PROCEDIMENTOS E FLUXOS	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA ESTUDO	MUNICIPAL
ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	62	. DISCUTIR COM AS COORDENAÇÕES DE CADA UNIDADE DO SUAS AS FORMAS DE APROXIMAÇÃO COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS (FORMAR COMISSÃO PARA DISCUSSÃO) - PROMOVER DIÁLOGOS COM INSS, SECRETARIA DE SAÚDE, TRABALHO E RENDA, EDUCAÇÃO (MUNICIPAL E ESTADUAL), SEGURANÇA ALIMENTAR; JUDICIÁRIO; - EXPLANAR O PAPEL DO SUAS, A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE E O PAPEL DOS DIVERSOS ATORES NA COMPOSIÇÃO DESSA REDE. - ESTABELECEER PROCEDIMENTOS, FLUXOS E FORMAS DE ENCAMINHAMENTO	RECURSOS HUMANOS;	
TERRITORIALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	63	CRIAR GT PARA CONSTRUIR PLANO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO; . DEFINIR CRONOGRAMA E GARANTIR EQUIPE NECESSÁRIA	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA O GRUPO DE TRABALHO	MUNICIPAL
CAPACITAÇÃO DE OSC'S	64	– CAPACITAÇÃO SOBRE SUAS, SOBRE REDES DE ATENDIMENTO. CAPACITAÇÃO SOBRE CAPTAÇÃO DE RECURSOS VIA FUNDOS. - CRIAÇÃO DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS, DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO, - CRIAÇÃO DE INSTRUMENTAIS PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - AGENDAS DE DISCUSSÃO DE CASOS, VISANDO NÃO APENAS A RESOLUTIVIDADE DE CASOS ESPECÍFICOS, MAS DE FORMA A SEREM DISPARADORES DE NOVOS FLUXOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA ESTUDO E REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	IGD SUAS RECURSOS FEDERAL DE CUSTEIO DAS PROTEÇÕES MUNICIPAL
ARTICULAÇÃO DE REDE SOCIOASSISTENCIAL	65	. CAPACITAÇÃO SOBRE SUAS, SOBRE REDES DE ATENDIMENTO. . CRIAÇÃO DE GT (COM PARTICIPAÇÃO DO CMAS) PARA DISCUSSÃO DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS, DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO, - CRIAÇÃO DE INSTRUMENTAIS PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - AGENDAS DE DISCUSSÃO DE CASOS, VISANDO NÃO APENAS A RESOLUTIVIDADE DE CASOS ESPECÍFICOS, MAS DE FORMA A SEREM DISPARADORES DE NOVOS FLUXOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA ESTUDO E REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
APOIO TÉCNICO OPERACIONAL AO CMAS	66	– CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS - FORNECER SUBSÍDIOS NORMATIVOS - FORNECER AS ESTRUTURAS FÍSICA E OPERACIONAL NECESSÁRIAS	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA ESTUDO E REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	MUNICIPAL
DAR SUPORTE AO PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS	67	ORGANIZAR COM EXECUTIVA DOS CONSELHOS UM CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTO	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA ESTUDO E REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	MUNICIPAL
MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO	68	ARTICULAR COM O DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO/SECRETARIA DE GOVERNO PARA CONSTRUÇÃO DE HOTSITE DO CONSELHO NA PÁGINA OFICIAL DA PREFEITURA NA INTERNET COM LINK PARA PLATAFORMA DE CREDENCIAMENTO DE CANDIDATOS/ELEITORES E VOTAÇÃO.	RECURSOS HUMANOS; (SPS E DTI)	
ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO CMAS	69	INCENTIVAR CMAS A REVISAR A LEGISLAÇÃO DO CONSELHO PARA FACILITAR O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DO PBF E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS.	RECURSOS HUMANOS;	
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	70	– INCLUIR A TEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO/CONTROLE SOCIAL NOS TRABALHOS SOCIO EDUCATIVOS DESENVOLVIDOS NAS PROTEÇÕES E SERVIÇOS. – INCENTIVAR E PROMOVER DEBATES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O PAPEL DO CONSELHO E A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL. -PRODUZIR MATERIAL ESPECÍFICO PARA SENSIBILIZAR E DEBATER A TEMÁTICA.	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS	MUNICIPAL FEDERAL
CONTROLE SOCIAL	71	CRIAR GT PARA DISCUTIR COMO VIABILIZAR A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO, DISCUTIR CRONOGRAMA E METODOLOGIA.	RECURSOS HUMANOS;	
ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS	72	SISTEMATIZAR DADOS DA VIGILÂNCIA PERIODICAMENTE PARA APRESENTAÇÃO AO CMAS.	RECURSOS HUMANOS;	
ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS	73	CAPACITAR O CMAS PARA QUE COMPREENDA O FUNCIONAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS, SUA LEGISLAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, E AS ESPECIFICIDADES DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. - ORGANIZAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DE FORMA QUE POSSAM SER ACOMPANHADAS MENSALMENTE PELOS CONSELHEIROS OU COMISSÃO ESPECÍFICA.	RECURSOS HUMANOS;	
TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES	74	.CMAS REALIZAR ANUALMENTE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA CONFERIR O MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS DE CONFERÊNCIAS;	RECURSOS HUMANOS; CONSELHEIROS	

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	FINANCIAMENTO
		. SUBMETER FLUXOS E PROTOCOLOS À APRECIÇÃO DO CMAS . PUBLICIZAR O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IMPRESSÃO DOS ESTUDOS DIAGNÓSTICOS E DO PLANO MUNICIPAL, ETC)		
DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS E CAMPANHAS	75	ARTICULAR COM SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS, TODOS OS CONSELHOS E POLÍTICA DE ASS. SOCIAL, BEM COMO CAMPANHAS (EX.: DIVULGAÇÃO DISQUE 100, POPULAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS, CAMPANHA SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, DIVULGAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, INCLUINDO ESCLARECIMENTOS PARA OUTRAS SECRETARIAS)	RECURSOS HUMANOS; MATERIAIS PARA ESTUDO ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	MUNICIPAL
PAGINA DE INTERNET DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	76	CRIAÇÃO DA PAGINA PELO SETOR COMPETENTE E DE FLUXO DE ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES; INCLUIR ABA PARA UTILIZAÇÃO DOS CONSELHOS, PARA DIVULGAÇÃO	RECURSOS HUMANOS; (SPS E DTI)	
PROCEDER A REGULAMENTAÇÃO REFERENTE A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	77	– PROCEDER AS AÇÕES PARA REGULAMENTAR POR DECRETO NO QUE COBER A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	RECURSOS HUMANOS;	
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS	78	– GARANTIR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS - AQUISIÇÃO DE 1 VEÍCULO PARA CMAS	RECURSOS HUMANOS; RECURSOS FINANCEIROS	MUNICIPAL

11. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

O Financiamento da política pública de assistência social tem os aportes federal, estadual e municipal.

O governo **Federal** realiza repasses por meio do FNAS¹¹, conforme aceites¹² feitos anteriormente pelo município. Apesar destes repasses terem natureza regular e automática – ou seja, ocorrem mensalmente e não dependem de assinatura de convênio para serem repassados – eles estão sujeitos a valor de parcela variável, conforme saldo em conta. Embora haja um valor de piso pactuado, os repasses não tem atingido esse limite. Isto significa que acúmulo de saldo em conta prejudica o recebimento de novos recursos, que chegam em valor menor que o estimado. Essa nova forma de cálculo entrou em vigor durante o período de pandemia pelo coronavírus. Além do saldo em conta, impactam o valor de repasse o atingimento de certas metas, tais como o número de público prioritário com NIS atendido no Serviço de Convivência e inserido no sistema federal, ou a taxa de atualização do Cadastro Único.

Em relação à utilização dos recursos, tem-se que os **programas** devem ter seus recursos investidos em ações para o próprio programa. Em relação aos **serviços**, entretanto, cada componente (pisos que compõem um bloco) pode ser utilizado para quaisquer serviços do bloco a que pertence. Disso decorre que o valor recebido referente a uma Residência Inclusiva pode ser utilizado no acolhimento a crianças e adolescentes, por exemplo, pois o recurso é para utilização no bloco, não especificamente no componente. Em 2018 os blocos da média e da alta complexidade foram unificados¹³ num bloco maior: o da PSE.

O FNAS permite a reprogramação do saldo não executado do ano anterior quantas vezes forem necessárias, e mantém saldo reprogramado e valores de repasses na mesma conta bancária.

Os termos de aceite pactuados com o governo federal são em sua maioria valores fixos de repasse; porém, atualmente, todos possuem característica de serem variáveis.

Os Programas AEPETI e ACESSUAS não receberam cofinanciamento nos últimos anos; assim, embora ainda haja saldo bancário para o AEPETI, ambos os programas serão

11 FNAS: Fundo Nacional de Assistência Social.

12 Os aceites são realizados via sistema, preenchendo informações. Não geram um termo por escrito com assinatura das partes.

13 Portaria SNAS 65 de 29/03/2018.

desconsiderados em termos de cofinanciamento. Segue o quadro com a previsão dos valores a serem repassados anualmente pelo governo federal, tendo por base os valores repassados em 2021 e os valores pactuados em termo de aceite:

BLOCO	COMPONENTE	VALOR REPASSADO EM 2021	TETO ANUAL
IGD	Bloco da Gestão Programa Auxílio Brasil (PAB)	158.156,00	VARIÁVEL APROX. 117.876,00
	Bloco da Gestão do SUAS	14.574,00	VARIÁVEL APROX. 113.762,40
PSB	PAIF	388.057,51	864.000,00
	SCFV	155.597,16	414.965,89
PSE	PFMC – PAEFI	65.503,29	156.000,00
	PFMC – MSE	44.340,69	105.600,00
	PFMC – CENTRO POP	115.890,43	276.000,00
	PFMC – ABORDAGEM	25.193,58	60.000,00
	PTMC - (PcD)	36.278,73	86.400,00
	PAC II – POP RUA (ALBERGUE)	32.751,64	78.000,00
	PAC I – CR/AD – SAICA	144.352,53	360.000,00
	PAC I	45348,42	108.000,00
	PAC II – RESIDENCIA INCLUSIVA	50.387,14	120.000,00
TOTAL:		1.276.431,12	2.628.965,89

Quanto aos recursos **estaduais**, são repassados via FEAS¹⁴ e não dependem mais de assinatura de termo de convênio, ou de fechamento da prestação de contas do ano anterior. O montante é repassado em 12 parcelas, ocorrendo repasses entre fevereiro e dezembro. O estado disponibiliza um montante que pode ser utilizado pelo município dentro das proteções, conforme seu planejamento, desde que seja destinado algum valor para as medidas socioeducativas. O montante para Serviços possui um valor fixo, e anualmente é definido um valor de cofinanciamento para Benefícios Eventuais. Ocorrem também repasses em parcelas únicas, a exemplo do recurso para ampliação de vagas de acolhimento para pessoas em situação de rua nos períodos de baixa temperatura, ou o repasse para aumentar a taxa de atualização do cadastro único. Porém, não contamos com tais recursos, uma vez que não fazem parte do valor anual regularmente cofinanciado.

14 FEAS: Fundo Estadual de Assistência Social.

Atualmente temos organizado as receitas estaduais do bloco serviços para execução na Proteção Especial:

BLOCO	COMPONENTE	PREVISÃO ANUAL / recebido em 2021
PSE MC	MÉDIA COMPLEXIDADE	5.000,00
PSE AC	ALTA COMPLEXIDADE	343.177,60
Benefício Eventual	-	129.788,22
TOTAL		477.965,82

Os recursos estaduais podem ser reprogramados uma única vez, após a qual, se ainda houver saldo, o mesmo precisa ser devolvido. Outra característica é que valores de repasse e valores reprogramados não se misturam na mesma conta bancária.

Os recursos de origem **municipal** cofinanciam principalmente os recursos humanos e a rede de execução indireta de serviços. Os orçamentos anuais têm pequena variação em relação ao montante. Segue previsão orçamentária proposta no PPA 2022-2025:

COMPONENTE	2022	2023	2024	2025
Manutenção da secretaria	1.507.000	1.904.800	1.626.100	1.851.500
Gestão do SUAS e Programa Auxílio Brasil	630.000	305.400	293.000	353.000
Proteção Básica	1.235.000	1.335.000	1.452.000	1.600.000
Proteção Especial	5.351.870	5.773.900	6.227.400	6.718.350
Total	8.723.870,00	9.319.100,00	9.598.500,00	10.522.850,00

O valor gasto com RH não está contabilizado na tabela, uma vez que é calculado pela própria prefeitura. Por outro lado, o custeio com Conselho Tutelar é executado nesta mesma ação orçamentária.

Vale lembrar que os valores propostos são revistos anualmente nos processos de elaboração da LDO e da LOA, podendo sofrer alterações.

12. COBERTURA E PREVISÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

12.1. REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

Tipo da Unidade	Qtd de unidades	Qtd de locais de execução	Qtd de serviços
Unidades Públicas	1(SAS)	14	48
Outros locais públicos		3	3
	CRAS	8	39
	CREAS	2	4
	Centro POP	1	2
Unidades Privadas	13	13	17
Total:	14	27	65

a) REDE DIRETA				
<i>Tipo de Serviço</i>	<i>Proteção Social</i>	<i>Local de execução</i>	<i>Usuários</i>	<i>Previsão de atendimento</i>
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS ORATÓRIO	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	150
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	20
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Jovens de 18 a 29 anos	15
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Adultos de 30 a 59 anos	15
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	13
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS MACUCO	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	160
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	60
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Jovens de 18 a 29 anos	30
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Adultos de 30 a 59 anos	30
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	60
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS ZAIRA	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	78
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	60
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Jovens de 18 a 29 anos	5
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Adultos de 30 a 59 anos	13

fortalecimento de vínculos				
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	12
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS FEITAL	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	50
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	20
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Jovens de 18 a 29 anos	30
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Adultos de 30 a 59 anos	30
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	30
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS SÃO JOÃO	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS SÃO JOÃO	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	10
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS SÃO JOÃO	Jovens de 18 a 29 anos	10
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS	Famílias	150
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	64
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS	Jovens de 18 a 29 anos	20
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS	Adultos de 30 a 59 anos	35
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	35
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Famílias	150
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	60
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	15
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Jovens de 18 a 29 anos	10
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Adultos de 30 a 59 anos	10
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	10
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS FALCHI	Famílias	150
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	BOMBEIRO MIRIM	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	104
Serviço não tipificado pela Resolução nº 109 do CNAS, Serviço de atendimento a famílias realizado fora do CRAS	Básica	CENTRAL DE CADASTRO ÚNICO	Famílias	2000
Serviço especializado para	Média	CENTRO POP	Apenas jovens, adultos,	50

idosos e famílias				
Serviço especializado em abordagem social	Média	CENTRO POP	Apenas jovens, adultos, idosos e famílias	60
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI	Média	CREAS MATRIZ	Famílias e indivíduos	130
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC	Média	CREAS MATRIZ	Adolescentes	80
Serviço especializado em abordagem social	Média	CREAS BOCAINA	Apenas crianças e adolescentes	20
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI	Média	CREAS BOCAINA	Famílias e indivíduos	176
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo institucional	Alta	Albergue	Adultos e famílias	30

b)REDE INDIRECTA				
SERVIÇO	Proteção Social	Local de execução	Usuários	Previsão de atendimento
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo institucional	Alta	CASA DE ACOLHIMENTO – ISABEL SOLER – Grupo de Incentivo à Vida	Idosos	50
Serviço de acolhimento Institucional – Residência inclusiva	Alta	RESIDÊNCIA INCLUSIVA UNIDADE II TAMANDARÉ – INSTITUTO MONSENHOR JOSÉ BENEDITO ANTUNES	Jovens e adultos com deficiência	10
Serviço de acolhimento Institucional – Residência inclusiva	Alta	RESIDÊNCIA INCLUSIVA UNIDADE I AVARÉ – INSTITUTO MONSENHOR JOSÉ BENEDITO ANTUNES	Jovens e adultos com deficiência	10
Serviço de acolhimento Institucional – Residência inclusiva	Alta	RESIDÊNCIA INCLUSIVA UNIDADE I AVARÉ – INSTITUTO MONSENHOR JOSÉ BENEDITO ANTUNES	Jovens e adultos com deficiência	10
Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	Média	APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAUA	Pessoas com deficiência, seus familiares e cuidadores	91
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo institucional	Alta	LAR DO MENOR DE MAUÁ SOL DA ESPERANÇA	Crianças e adolescentes	40
Serviço de acolhimento institucional – Casa Lar	Alta	ABASC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ	Crianças e adolescentes	10
Serviço de acolhimento institucional – Casa Lar	Alta	ABASC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ	Crianças e adolescentes	10
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	INSTITUTO RECANTO TIA CÉLIA (INSTITUTO RECANTO INFANTIL TIA CÉLIA)	Crianças de até 6 anos	73
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	INSTITUTO RECANTO TIA CÉLIA (INSTITUTO RECANTO INFANTIL TIA CÉLIA)	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	74

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	INSTITUTO RECANTO TIA CÉLIA (INSTITUTO RECANTO INFANTIL TIA CÉLIA)	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	73
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	NOVA ERA NOVOS TEMPOS	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	75
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	NOVA ERA NOVOS TEMPOS	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	75
Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	Média	APASMA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE MAUA	Pessoas com deficiência, seus familiares e cuidadores	60
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	UNIÃO DA SAÚDE SEM FRONTEIRAS – INSTITUTO MARIA MERCÊS	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	40
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	100
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	100

12.2.PROGRAMAS

Nome do Programa / Projeto	Beneficiários	Metas/ano
Ação Jovem	Jovens	0
Renda Cidadã	Famílias	0

12.3.BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Tipo de Benefício eventual	Tipo de Auxílio fornecido	Previsão semestral de beneficiários	Previsão semestral de benefícios
Calamidades Públicas e Emergências	Auxílio Financeiro	90	90
Vulnerabilidade Temporária	Auxílio Financeiro e Material	2708	2708

12.4.BENEFÍCIOS CONTINUADOS

Tipo de benefício continuado	Número de beneficiários	Previsão anual de repasse direto aos usuários
Benefício de Prestação Continuada – BPC Idosos	3.730	R\$ 49.236.000,00
Benefício de Prestação Continuada – BPC Pessoas com Deficiência	2.367	R\$ 31.244.400,00

13. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento do plano municipal deve se realizar de forma sistemática. Entende-se que seu acompanhamento é fator de controle social, portanto, é do interesse do CMAS, e também serve de termômetro para o órgão gestor avaliar se sua previsão está sendo cumprida ou se precisa de ajustes ou mesmo revisão de metas, prazos, metodologia, etc.

Desta forma, parece-nos plausível que o monitoramento seja realizado conjuntamente entre órgão gestor e CMAS. Após o plano, órgão gestor e CMAS deverão indicar representantes para compor uma comissão permanente que deverá monitorar no mínimo a cada 6 meses a aplicação do plano municipal, bem como desenvolver proposta de acompanhamento, metodologia e cronograma. O resultado deverá ser encaminhado ao órgão gestor e ao CMAS, indicando necessidade de providências, se houver.

Em relação aos indicadores de monitoramento, os prévios gerais estão no plano, porém deverão ser aperfeiçoados pelos responsáveis por área do plano e pela própria comissão, na medida em que perceber a necessidade. Seguem os indicadores gerais:

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS ORGANIZACIONAIS, DE PLANEJAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	1	CONTRATAR SERVIÇO E SISTEMA QUE INTERLIGUE A REDE SUAS E GARANTA PROCESSO ORGANIZACIONAL, DE INFORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	SISTEMA ORGANIZACIONAL DE INFORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	2	DESENVOLVER PLANO DE ACESSO A VEÍCULOS PARA COMPOSIÇÃO DE FROTA A SERVIÇO DA SECRETARIA.	TERMOS DE REFERÊNCIA; ORÇAMENTO ENTREGA DE VEÍCULOS
ADEQUAÇÃO DE SETORES	3	CONSIDERAR NORMATIZAÇÕES E PROCESSOS DESENVOLVIDOS PELA EQUIPE DE GESTÃO DO TRABALHO – ACOMPANHAR PROCESSO DE REFORMA ADMINISTRATIVA.	PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA LEI
criação de CARGOS	4	– REVISAR DEMANDA DE PROFISSIONAIS PARA OS SERVIÇOS E PROGRAMAS, INCLUSIVE COM LEVANTAMENTO DE CUSTO; - ACOMPANHAR PROCESSO DE REFORMA ADMINISTRATIVA, ATENTOS A POSSIBILIDADES DE ADEQUAÇÕES	LEVANTAMENTO DE CUSTOS AGENDA COM GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO; REALIZAÇÃO DE CONCURSO
EDUCAÇÃO PERMANENTE	5	– CRIAÇÃO DE EQUIPE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE.	DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO E DE SEUS MEMBROS
	6	– CRIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, OBSERVANDO AS SEGUINTE DIRETRIZES: – QUE PROMOVA A VALORIZAÇÃO, ATUAÇÃO E PERTENÇA AO SUAS DO MUNICÍPIO; – QUE CONTEMPLE AS NECESSIDADES	DESIGNAÇÃO DE GT, CRONOGRAMA DE ATIVIDADES, PRODUÇÃO DO PLANO, APRECIACÃO PELO CMAS, E PUBLICIZAÇÃO

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
		ESPECÍFICAS DE CADA GERÊNCIA, DEPARTAMENTO E SERVIÇOS; – QUE DIRECIONE-SE A TODA A REDE SOCIOASSISTENCIAL; – QUE PROMOVA A OPERAÇÃO, INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO; CONSIDERANDO ESPAÇOS DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS	
SUPERVISÃO TÉCNICA	7	CONTRATAR PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA ATENDER AOS SERVIÇOS NA SUPERVISÃO TÉCNICA.	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, TERMO DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTOS, CONTRATAÇÃO, EXECUÇÃO DE SUPERVISÃO
ESTRUTURAR O PROCESSO DE TRABALHO.	8	– CRIAR EQUIPE DE GESTÃO DO TRABALHO, PARA; DESENVOLVER PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO; – ORIENTAR E PROMOVER PROCESSO DE REVISÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS. – PROMOVER A NORMATIZAÇÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS. – PROMOVER AÇÕES DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL – ASSESSORAR E ACOMPANHAR AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	CRIAÇÃO DA EQUIPE DE GESTÃO DE TRABALHO NORMATIZAÇÃO E FLUXOS E PROTOCOLOS APRESENTAÇÃO AOS TRABALHADORES E CMAS
PLANEJAMENTO DAS UNIDADES E ÓRGÃO GESTOR	9	ORGANIZAR COM PROTEÇÕES O PLANEJAMENTO ANUAL DOS SERVIÇOS / UNIDADES; ESTABELECE CRONOGRAMA; INCLUIR ITENS QUE COMPORÃO PLANO DE AÇÃO (ANUAL)	CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTO DAS UNIDADES. . ENCONTROS . PLANOS IMPRESSOS E PUBLICIZADOS
ACOLHIDA AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	10	REVER LAYOUT DE RECEPÇÃO DAS UNIDADES, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE PESSOAS IDOSAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, MULHERES COM CRIANÇAS, CRIANÇAS, ENTRE OUTRAS.	CRIAÇÃO DE GT; LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS MOVIMENTAÇÕES RELACIONADAS A NECESSIDADES DOS USUÁRIOS; ELABORAÇÃO DE LAYOUT POR UNIDADE. ELABORAÇÃO DE PROJETO; TERMOS DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTO E CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS
AGILIZAR PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.	11	PROPICIAR AGILIDADE NA ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA CAPACITAR UM TÉCNICO DE REFERÊNCIA DE CADA PROTEÇÃO E SERVIÇO	CRIAÇÃO DE GT; LEVANTAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PREVISTAS; DEFINIR CRONOGRAMA; PRODUÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA
ORGANIZAR ELABORAÇÃO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS	12	REALIZAR ENCONTRO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO ENVOLVENDO GERÊNCIAS DAS PROTEÇÕES E RESPONSÁVEIS POR SERVIÇOS E DIVISÕES. .ESTABELECE CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DE LDO, LOA E PPA, COM ANTECEDÊNCIA AOS PRAZOS LEGAIS. .SUBMETTER LDO, LOA E PPA AO CMAS PARA APRECIÇÃO ANTES DO ENVIO DA PROPOSTA À SECRETARIA DE FINANÇAS.	CRONOGRAMA DE ENCONTROS E DATAS DAS ENTREGAS DAS LEIS; DIVULGAÇÃO ENTRE SERVIDORES E CMAS; E LISTAGEM DOS PARTICIPANTES. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS.
CRIAR CENTRAL DE CUSTOS	13	– LISTAR SERVIÇOS; - LEVANTAR OS CUSTOS COM OS SERVIÇOS;	ENCONTRO COM OSC'S - LEVANTAMENTO DE

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
		- ESTUDO DE CUSTEIO ORÇAMENTÁRIO - PUBLICIZAR DADOS	INFORMAÇÕES; - LEVANTAMENTO DE EXPERIÊNCIAS DE OUTROS MUNICÍPIOS - PUBLICAÇÃO DOS DADOS.
MONITORAMENTO	14	DESIGNAR EQUIPE VIA REMANEJAMENTO INTERNO; ESTRUTURAR AÇÕES E RESPONSABILIDADES, BEM COMO FLUXO DE TRABALHO	GRUPO DE MONITORAMENTO; PLANO DE MONITORAMENTO; EXECUÇÃO DO PLANO.
COLETA DE INFORMAÇÕES	15	APERFEIÇOAR O SISTEMA (SOCIAL (WEB) *APRIMORAR INSTRUMENTAIS; *APRIMORAR INSTRUMENTAIS DOS SERVIÇOS DA MÉDIA COMPLEXIDADE; *REALIZAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS	AGENDA DE ENCONTROS COM SERVIÇOS PARA DISCUSSÃO DE INSTRUMENTAIS; AGENDA DE ENCONTROS COM A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO; APURAÇÃO DE DADOS A SEREM COLETADOS E TRABALHADOS, CONSIDERANDO TERRITÓRIOS E SERVIÇOS; CRONOGRAMA DE ATIVIDADES COM A SPU; SISTEMA NA SPS QUE VIABILIZE FLUXO DE COLETA, TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE DADOS, COM DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTAIS E INTERLIGAÇÃO DOS SERVIÇOS.
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	16	CONTRATAR ASSESSORIA OU EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL PARA LEVANTAMENTO DE DEMANDAS DOS USUÁRIOS E NECESSIDADE DE COBERTURA DE SERVIÇOS, BEM COMO DETALHES DE INDICADORES E DEMANDAS POR TERRITÓRIO DE CRAS, INCIDÊNCIA E GEORREFERENCIAMENTO DE DEMANDA DO PÚBLICO DO CREAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL; - CONSIDERAR AÇÃO CONJUNTA COM A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INCLUSIVE DESTRINCHANDO O CENSO 2022	TERMO DE REFERÊNCIA - ORÇAMENTOS -TRAMITE DE PROCESSO PARA SECRETARIA DE FINANÇAS - TRÂMITES DE CONTRATAÇÃO - CONTRATO ASSINADO -CUMPRIMENTO DAS ETAPAS DO CRONOGRAMA PELA EMPRESA (ENTREGA DE RESULTADOS PARCIAIS). *ENTREGA DO PRODUTO FINAL.
INDICADORES SOCIAIS	17	CAPACITAR EQUIPE DE VIGILÂNCIA EM RELAÇÃO A NECESSIDADES DO SETOR, ESPECIALMENTE QUANTO À PRODUÇÃO DE INDICADORES PARA AUXILIAR NA GESTÃO DE TERRITÓRIO	INCLUSÃO COMO TEMA FUNDAMENTAL NO PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE A IMPORTÂNCIA DE INDICADORES SOCIAIS PARA A PNAS. CAPACITAÇÃO PARA A EQUIPE DE VIGILÂNCIA E GESTORES DOS SERVIÇOS; INCLUIR NO CRONOGRAMA; TERMO DE REFERÊNCIA; ORÇAMENTOS; CONTRATAÇÃO; EXECUÇÃO. PRODUTO FINAL.
COMISSÃO PERMANENTE DE VIGILÂNCIA	18	INSTITUIR COMISSÃO PERMANENTE PARA DISCUTIR VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL COM A REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS MUNICIPAL E REGIONALMENTE	CRIAÇÃO DA COMISSÃO PROPOSTA DE ATUAÇÃO DA COMISSÃO; *CONVIDAR TRABALHADORES PARA REPRESENTAÇÃO DE ÁREAS ESPECÍFICAS; *DISCUTIR AS ATUAÇÕES DA

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
			COMISSÃO; *ORGANIZAR CRONOGRAMA ANUAL DE ENCONTROS.
ADEQUAÇÃO DE RH NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	19	VISITAS DO CNEAS; MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS QUE SÃO ENCAMINHADOS A ESTA DIVISÃO; DEVOLUTIVA ÀS GERÊNCIAS E EQUIPAMENTOS; FORMULAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS COM RELAÇÃO AOS DADOS ENCAMINHADOS ATRAVÉS DOS RMA'S; DEFINIÇÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS.	ACRESCER À EQUIPE UM PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR
ATENDIMENTO TERRITORIAL A TODOS	20	-REALIZAR ESTUDO DE ATENDIMENTO DE TERRITÓRIO DISTANTES DO CRAS, VISANDO A MELHOR VIABILIDADE PARA O MUNICÍPIO COMO OS RECURSOS DE EQUIPES VOLANTES E/ OU CRAS ITINERANTE. - DISPONIBILIDADE DE TRANSPORTES DOS FUNCIONÁRIOS AOS TERRITÓRIOS.	DEFINIÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS DISTANTES DOS SERVIÇOS, NO TERRITÓRIO DE CADA CRAS; PLANO DE ATENDIMENTO IN LOCO, POR CRAS. GARANTIR A REALIZAÇÃO DO PLANO; PRIORIZAR NA ESCALA DE UTILIZAÇÃO E VEÍCULOS, UM VEÍCULO PARA CADA DOIS CRAS.
DESENVOLVER OFICINAS DE TERRITORIALIZAÇÃO	21	REALIZAR TRABALHO SOCIAL COM CONHECIMENTO DE SUAS INTERFACES; TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITÓRIO, DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E CONSTITUIÇÃO DO MAPA DO TERRITÓRIO COM AS POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES.	CONSTITUIÇÃO DO MAPA TERRITORIAL REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO TERRITORIAL PLANEJAMENTO DO TRABALHO SOCIAL EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO
AMPLIAR E QUALIFICAR A BUSCA ATIVA	22	– REALIZAR ESTUDOS E MÉTODOS PARA O TRABALHO SOCIAL E TERRITÓRIO EM AÇÃO; INCLUIR OS INVISÍVEIS, OU SEJA, AQUELES QUE NÃO POSSUEM DOCUMENTAÇÃO CIVIL. QUE MIGRAM DE ENDEREÇO COM MUITA FREQUÊNCIA, VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA, PERTENCEM A POPULAÇÕES TRADICIONAIS, HABITAM EM LOCAIS ISOLADOS, OU ATÉ MESMO, AQUELES QUE SIMPLEMENTE NÃO CONHECEM OS DIREITOS QUE TEM.	DEFINIÇÃO DE PÚBLICO PRIORITÁRIO DEFINIÇÃO DE MÉTODO DE TRABALHO PLANEJAR AS AÇÕES EXECUÇÃO DAS AÇÕES
APRIMORAR O PAIF	23	– TRABALHAR PREFERENCIALMENTE COM; GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO, ENCAMINHAMENTO, AÇÃO E OFICINA. DESENVOLVER ESTRATÉGIA E PARCERIA EM REDE NO TERRITÓRIO	PLANEJAM NETO DAS AÇÕES E ATIVIDADES EXECUÇÃO
CRIAÇÃO DE EQUIPE PARA GERENCIAR AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E SCFV	24	INSTITUIR EQUIPE, PARA DESENVOLVER PLANEJAMENTO, E ACOMPANHAR EXECUÇÃO E PROMOVER AVALIAÇÃO DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E DO SCFV – REALIZAR TRABALHO EM REDE/PARCEIRIAS COM OUTRAS SECRETARIAS E SERVIÇOS, A FIM DE OPORTUNIZAR ATENDIMENTO DIVERSIFICADO QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS; – REALIZAR LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÃO DAS DEMANDAS E DA EXECUÇÃO DO SCFV, CONSIDERANDO TRABALHADORES, PERFIL PROFISSIONAL, NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DAS AÇÕES, ATIVIDADES E DE CAPACITAÇÃO, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS; – OFERTAR SCFV PARA ADULTOS, INCLUSIVE	CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS; LEVANTAMENTO DAS FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES E PERFIL DE TRABALHADORES, BEM COMO DAS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS POR TERRITÓRIO. PLANO MUNICIPAL DE SCFV; CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DO PLANO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES.

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
		ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	
OFERTAR REFEIÇÕES NO SCFV	25	<ul style="list-style-type: none"> - CONSTRUIR OU ADAPTAR COZINHAS PARA POSSIBILITAR A PREPARAÇÃO DAS REFEIÇÕES - CONTRATAÇÃO DE RH PARA O TRABALHO NAS COZINHAS. 	DEFINIÇÃO DE QUAIS ESPAÇOS HÁ NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO OU CONSTRUÇÃO; ELABORAÇÃO DE PROJETOS LEVANTAMENTO DE CUSTOS E ORÇAMENTOS; ABERTURA DE PROCESSOS ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERENCIA; CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS; LEVANTAMENTO DE RH NECESSÁRIO, CONTRATAÇÃO DE RH
VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV	26	<ul style="list-style-type: none"> -DESENVOLVER ESTRATÉGIAS E PARCERIAS VISANDO A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV. - OFERTAR E AMPLIAR O ALCANCE DO PÚBLICO MASCULINO NOS SERVIÇOS. 	PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NOS SCFV
IMPLANTAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA	27	<ul style="list-style-type: none"> - ELABORAÇÃO DE PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA, CONSIDERANDO; (ACESSIBILIDADE, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE CONVÍVIO, MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA) - VIABILIZAR AS CONDIÇÕES E PARCERIAS PARA IMPLANTAÇÃO 	MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS EM CURSO; REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E ELABORAÇÃO DE PROJETO; DEFINIÇÃO POR EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA; SE DIRETA, PROCESSO PARA EXECUÇÃO DA OBRA E CONTRATAÇÃO DE EQUIPE. SE INDIRETA, TERMO DE REFERÊNCIA; ORÇAMENTO, CHAMAMENTO E CONTRATAÇÃO CONTRATAÇÃO
DESENVOLVER PROCESSO DE ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	28	DEFINIR EQUIPE ESPECÍFICA DE ABORDAGEM SOCIAL (SITUAÇÃO DE RUA); AVALIAR POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAR O SERVIÇO.	COMPOSIÇÃO DE EQUIPE PLANEJAMENTO; EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJAMENTO; AVALIAÇÃO QUANTO NECESSIDADE DE TERCEIRAR SERVIÇO; TERMO DE REFERÊNCIA; TRAMITAÇÃO DE PROCESSO; CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO.
DIFUNDIR OS DIREITOS DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	29	FORMAÇÃO SOBRE POPULAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS PARA TODOS OS TRABALHADORES DA SPS E AOS SERVIÇOS DE OUTRAS SECRETARIAS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, TRABALHO E RENDA), BEM COMO SOCIEDADE CIVIL.	ELABORAÇÃO DE PROJETO; ORGANIZAÇÃO DE CRONOGRAMA. ARTICULAÇÃO COM OUTRAS SECRETARIAS. EXECUÇÃO DAS AÇÕES
MELHORAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	30	<ul style="list-style-type: none"> VIABILIZAR ESTRUTURA PARA MSE: ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE P/ ATENDIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO; -OFERECER TRANSPORTE E ESTRUTURA PARA PÚBLICO DA MSE PARTICIPAR DE CONFERÊNCIAS; ELABORAR PROJETOS PARA ACESSO AO FMDCA PARA USO NA MSE; 	LEVANTAMENTO QUANTITATIVOS DE CADA ITEM NECESSÁRIO. - ABERTURA DE PROCESSO OU PEDIDO DE COMPRA/EMPENHO -DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DE PROJETO A SER COFINANCIADO PELO FMDCA. -FORNECIMENTO DOS ITENS

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
			NECESSÁRIOS AO SERVIÇO
	31	ARTICULAR COM SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA E OSC PARA CRIAR PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO JOVEM APRENDIZ / PRIMEIRO EMPREGO AO PUBLICO MSE	MAPEAMENTO DO PERFIL DOS USUÁRIOS; PROPOSTA DE PARCERIA COM A SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA; DEFINIÇÃO DE FLUXOS E ENCAMINHAMENTOS; EXECUÇÃO;
	32	REALIZAR NOVAS PARCERIAS PARA OFERTA DE PSC (MSE); -PROMOVER AÇÕES DE CONSTRUÇÃO CONJUNTA (CRÉAS/POSTO DE PRESTAÇÃO) DE METAS DO PIA NOS CASOS DE PSC (MSE)	ELABORAÇÃO DE MATERIAL DE APRESENTAÇÃO DO SERVIÇO E SEUS OBJETIVOS; APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS AS SECRETARIAS COM POTENCIAL DE ACOLHER OS USUÁRIOS; PACTUAÇÃO DE LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; EXECUÇÃO DOS ENCAMINHAMENTOS.
	33	INSTITUIR ASSEMBLEIA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA;	ELABORAÇÃO DE PROPOSTA; EXECUÇÃO
MELHORAR SERVIÇO DO CENTRO POP	34	FORMALIZAR PARCERIA COM SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE, OU CONTRATAR OFICINEIROS, PARA OFERTAR ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA NO CENTRO POP	MAPEAMENTO DO PERFIL DOS USUÁRIOS; DEFINIÇÃO COM A SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE DE PROJETO DE INTERVENÇÃO EM PARCERIA; ABERTURA DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS, TERMO DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTOS, CONTRATAÇÃO.
	35	APRIMORAR INFRAESTRUTURA DO CENTRO POP, ATRAVÉS DE REFORMA QUE CONSIDERE AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, INCLUINDO QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PET	ELABORAR AÇÃO DE PROJETO DE ADEQUAÇÕES E REFORMA; ABERTURA DE PROCESSO; ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTOS E CONTRATAÇÃO.
	36	CONSTRUIR AGENDA COM OS TERRITÓRIOS EM PARCERIA COM CRAS / ESCOLAS/ UNIDADES DE SAÚDE, PARA TRABALHAR COM A SOCIEDADE CIVIL A TEMÁTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS	AGENDA COM OS CRAS, UBS E ESCOLAS PARA DISCUTIR A PROPOSTA; PACTUAÇÃO DE PROPOSTA DE TRABALHO; CRONOGRAMA; EXECUÇÃO.
FOMENTAR AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL	37	REALIZAR DIAGNÓSTICO SOBRE A SITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E ATENDIMENTO DA REDE NO MUNICÍPIO.	MAPEAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS REFERENTES AO TRABALHO INFANTIL; ELABORAÇÃO DE PROPOSTA PARA CONSTRUÇÃO DE DIAGNÓSTICO; DA SITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO; ABERTURA DE PROCESSO; TERMO DE REFERÊNCIA; ORÇAMENTO, CONTRATAÇÃO.
	38	OFERTAR ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SEAS)	LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES; ELABORAÇÃO DE PROJETO; DEFINIÇÃO DE

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
			ENCAMINHAMENTOS; EXECUÇÃO
	39	ELABORAR E FORTALECER O FLUXO DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS ÀS FAMÍLIAS E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL	DEFINIÇÃO DE GT; -ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE TRABALHO, DEFINIÇÃO DE FLUXOS; PUBLICIZAÇÃO E ENVIO AO CONSELHO PARA APRECIÇÃO
APRIMORAR O PAEFI	40	CRIAR ESPAÇO DE DIALOGO E FORMAÇÃO PERMANENTE ENTRE CRAS E CREAS (MATRICIAMENTO)	criação de grupo de interlocutores; DEFINIÇÃO DE DEMANDAS; CRONOGRAMA; CALENDÁRIO; E EXECUÇÃO.
	41	GARANTIR MENSALMENTE ATENDIMENTOS COLETIVOS PARA FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAEFI	CONSTRUÇÃO DE PROJETO PARA ATENDIMENTOS COLETIVOS ATRAVÉS DAS EQUIPES TÉCNICAS DOS CREAS; DEFINIÇÃO DAS AÇÕES; EXECUÇÃO.
	42	ARTICULAR COM A DRADS A TROCA DE EXPERIÊNCIAS DO PAEFI DOS MUNICÍPIOS, PODENDO SER GRUPO TEMÁTICO SOBRE CREAS, VIA CONSÓCIO INTERMUNICIPAL DO ABC.	ELABORAÇÃO DE PROPOSTA; APRESENTAÇÃO PARA A DRADS E CONSÓCIO
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO – MODALIDADE REPÚBLICA	43	CONHECER OUTRAS EXPERIÊNCIAS; SOLICITAR APOIO TÉCNICO DA DRADS E MDS; SOLICITAR APOIO JURÍDICO E DO CMAS; REALIZAR ESTUDO DE CUSTO INCENTIVAR CRIAÇÃO DE GT INTERMUNICIPAL PARA ESTUDO, ELABORAÇÃO ENCAMINHAMENTOS, DEFINIÇÕES E VIABILIZAÇÃO DA PROPOSTA.	ARTICULAÇÃO E DIALOGO COM GESTORES REGIONAIS SOBRE A DEMANDA. APRESENTAÇÃO DA DEMANDA PARA A DRADS E CONSÓCIO; SOLICITAÇÃO DE ENCAMINHAMENTOS
FAMÍLIA ACOLHEDORA	44	CRIAR GT DO TEMA; CONHECER OUTRAS EXPERIÊNCIAS; SOLICITAR APOIO TÉCNICO DA DRADS E MDS; SOLICITAR APOIO JURÍDICO E DO CMAS; REALIZAR ESTUDO DE CUSTO -REVISÃO DA LEI 3925/06 E 5374/18	MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS EM CURSO; REALIZAÇÃO DE ESTUDOS; DEFINIÇÃO SOBRE A VIABILIDADE
APRIMORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO (ALBERGUE)	45	– TRANSFERIR E TER LOCAL EXCLUSIVO PARA OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS, COM EQUIPE TAMBÉM EXCLUSIVA A ESTE SERVIÇO (AVALIAR POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAR EQUIPE) . PLEITEAR RECURSOS ESTADUAIS P/MELHORAR O SERVIÇO; ADEQUAR O SERVIÇO AO TEXTO DE ORIENTAÇÃO PARA O REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO ADULTA E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA	AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO; DEFINIÇÃO DE AÇÕES QUE APRIMOREM O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PRESTADO; EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES; ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO DE REORDENAMENTO, CASO NECESSÁRIO;
TRABALHAR AUTONOMIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA USUÁRIOS DO ALBERGUE E PÚBLICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ADULTO	46	– IDENTIFICAR ENTRE AS PESSOAS ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE, AS QUE APRESENTAM POTENCIAL DE DESACOLHIMENTO. – DESENVOLVER PLANOS INDIVIDUAIS DE ATENDIMENTO COM ESTA FINALIDADE PARA ESTES USUÁRIOS. – DESENVOLVER PLANOS INDIVIDUAIS DE ATENDIMENTO PARA OS USUÁRIOS DO ALBERGUE VISANDO A SAÍDA DA SITUAÇÃO DE RUA.	DESENVOLVIMENTO DE PLANOS INDIVIDUAIS DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE ALBERGUE E PARA ADULTOS ACOLHIDOS INSTITUCIONALMENTE QUE APRESENTEM POTENCIAL DE DESACOLHIMENTO; EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATENDIMENTO

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
		– FORTALECER ARTICULAÇÃO E AÇÃO INTERSETORIAL (SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E TRABALHO E RENDA....)	
FORTALECER AÇÕES PARA DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OU QUE EVITEM ACOLHIMENTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	47	– CONCRETIZAR PROCESSO QUE APROVE E REGULAMENTE A LEI DE AUXILIO EMERGENCIAL PARA FORTALECER NÚCLEO FAMILIAR, NOS CASOS DE DESACOLHIMENTO E OU PARA EVITAR ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. – GARANTIR ACESSO A FRENTE DE TRABALHO – DESENVOLVER PROCESSO DE PLANO INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR PARA CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE ACOLHIDO INSTITUCIONALMENTE. – PROMOVER ARTICULAÇÃO E AÇÕES INTERSETORIAL E COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL. - - DESENVOLVER PROGRAMA DE APADRINHAMENTO	INSTITUIÇÃO DE GRUPO INTERSECRETARIAL QUE SISTEMATIZE INDIVIDUALMENTE AS AÇÕES QUE POTENCIALIZEM DESACOLHIMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES; DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL. EXECUÇÃO DAS AÇÕES.
MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	48	PROPOR AGENDA COM SAÚDE PARA DISCUTIR PÚBLICO DA RI, QUE NÃO É CASO DE TRANSTORNO MENTAL CRIAÇÃO DE GT ENTRE SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, PARA MELHOR ATENDIMENTO DO PÚBLICO ALVO ATENDIDO NAS RI'S	CRIAÇÃO DE GT COMPOSTO POR MEMBROS DA SPS E SS, PARA ACOMPANHAR E MONITORAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOA IDOSA	49	– PACTUAR COM A SECRETARIA DE SAÚDE O ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS GRAU DE DEPENDÊNCIA III, ADVINDOS DA ILPI, CONVENIADA COM A SPS	CRIAÇÃO DE GT COMPOSTO POR MEMBROS DA SPS E SS, PARA ACOMPANHAR E AVALIAR DEMANDAS DE USUÁRIOS QUE TRANSITEM PARA DEPENDÊNCIA DE GRAU III; EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA TRANSFERÊNCIA DESTES PARA SERVIÇOS PERTINENTES A SAÚDE.
IMPLANTAR LAVANDERIA COMUNITÁRIA	50	ATENDIMENTO COM DIAS AGENDADOS, ACOMPANHADOS POR SERVIDOR PARA ORIENTAÇÕES E MANUSEIO DOS EQUIPAMENTOS	LEVANTAMENTO DE DEMANDAS E CUSTOS; ELABORAÇÃO DE PROJETO; DEFINIÇÃO SOBRE IMPLANTAÇÃO; SE SIM, TERMO DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTOS; CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO
IMPLANTAÇÃO DE CASA DE PASSAGEM PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE	51	OFERECER ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFASTADOS DO NÚCLEO FAMILIAR, SITUAÇÃO DE ABANDONO, IMEDIATO E EMERGENCIAL; ACOLHIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PELO JUDICIÁRIO	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS CONSIDERANDO EXPERIÊNCIAS EM CURSO; AVALIAÇÃO QUANTO A TERCEIRIZAÇÃO; TERMO DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTO, CHAMAMENTO E CONTRATAÇÃO
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	52	COMPRA DE MOBÍLIA E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE ATENDIMENTO; REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTO DO CADUNICO PARA UNIDADES;	MAPEAMENTO DAS DEMANDAS; TERMO DE REFERÊNCIA; ORÇAMENTO E COMPRA DE MOBÍLIAS E EQUIPAMENTOS
ACESSO A	53	IMPLANTAR INFRAESTRUTURA DE INTERNET	MAPEAMENTO DAS

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
INTERNET PARA O CENTRO POP		PARA O CENTRO POP	DEMANDAS; TERMO DE REFERÊNCIA; ORÇAMENTO E COMPRA DE MOBÍLIAS E EQUIPAMENTOS
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	54	ABASTECER AS UNIDADES COM MATERIAIS DIVERSOS (PAPELARIA, PEDAGÓGICO, INSUMOS DE ARTESANATO, ESCRITÓRIO) PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PREVISTAS NOS PLANEJAMENTOS LOCAIS. .POTES E GARRAFAS PARA RECEPÇÕES DOS SERVIÇOS	ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE MATERIAIS EM ESTOQUE; MAPEAMENTO DE DEMANDAS PARA AQUISIÇÃO. GERAÇÃO DE PLANILHA PARA REPOSIÇÃO. TERMO DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTO E COMPRA DE MATERIAIS.
MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA	55	GARANTIR CONTINUIDADE NOS PROCESSOS DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA SPS	ATUALIZAÇÃO DAS DEMANDAS INCLUSÃO DAS DEMANDAS NOS PROCESSOS DE MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS
IDENTIFICAR EQUIPAMENTOS DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	56	DESENVOLVER PROCESSO DE AQUISIÇÃO, CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO EM TODOS OS EQUIPAMENTOS DA SPS	DESENVOLVIMENTO EM CONJUNTO COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL DE PROPOSTA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. TERMO DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTOS E COMPRA E INSTALAÇÃO.
SEGURANÇA DAS UNIDADES	57	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA; - PACTUAR AÇÕES ESPECÍFICAS JUNTO A SSP. ADQUIRIR CÂMERAS E ALARMES, GRADES, INSTALAR E TER MONITORAMENTO DA GCM	DESENVOLVIMENTO JUNTO A SECRETARIA DE SEGURANÇA, PROJETO DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA DOS EQUIPAMENTOS; TERMO DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTOS, COMPRA E INSTALAÇÃO.
FORMAÇÃO SOBRE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	58	FORMAÇÃO COM TRABALHADORES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DO RECURSO PARA BENEFÍCIO EVENTUAL, E MELHORIA DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTO	INCLUSÃO DA DEMANDA NO PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	59	– CRIAÇÃO DE GRUPO PARA DESENVOLVER AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA REGULAMENTAÇÃO NO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI 5.805/2022.	CRIAÇÃO DE GT; ELABORAÇÃO DE MINUTA DE DECRETO; TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA ANÁLISE E PUBLICAÇÃO DO DECRETO.
DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	60	– CONSIDERAR OS INDICADORES A SEREM PRODUZIDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ORGANIZACIONAL, INFORMATIZAÇÃO E SISTEMA DE DADOS PARA EXTRAÇÃO DE INDICADORES QUE APONTEM AS DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO.	DEFINIÇÃO DE INFORMAÇÕES PERTINENTES PARA INCLUSÃO E OBTENÇÃO DE DADOS EM SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO; REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS PROCESSADOS; DEFINIÇÃO SOBRE A PERTINÊNCIA DE CONTRATAR SERVIÇO PARA DIAGNÓSTICO; SE SIM, ELABORAÇÃO DE PROJETO, TERMO DE REFERÊNCIA, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO.

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
APRIMORAR A GESTÃO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	61	PLANEJAR PROCEDIMENTOS E FLUXOS	REALIZAÇÃO DE ENCONTROS PSB E CENTRAL DE CADÚNICO, PARA ESTABELECEER FLUXOS E PROCEDIMENTOS QUANTO PTR.
ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	62	. DISCUTIR COM AS COORDENAÇÕES DE CADA UNIDADE DO SUAS AS FORMAS DE APROXIMAÇÃO COM AS DEMAIS POLÍTICAS PUBLICAS (FORMAR COMISSÃO PARA DISCUSSÃO) - PROMOVER DIÁLOGOS COM INSS, SECRETARIA DE SAÚDE, TRABALHO E RENDA, EDUCAÇÃO (MUNICIPAL E ESTADUAL), SEGURANÇA ALIMENTAR; JUDICIÁRIO; - EXPLANAR O PAPEL DO SUAS, A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE E O PAPEL DOS DIVERSOS ATORES NA COMPOSIÇÃO DESSA REDE. - ESTABELECEER PROCEDIMENTOS, FLUXOS E FORMAS DE ENCAMINHAMENTO	PROMOÇÃO DE REUNIÕES EM REDE; CRIAÇÃO DE FLUXOS COM A REDE
TERRITORIALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	63	CRIAR GT PARA CONSTRUIR PLANO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO; . DEFINIR CRONOGRAMA E GARANTIR EQUIPE NECESSÁRIA	AVALIAÇÃO DAS DEMANDAS REFERENTES A CADASTRAMENTO; AVALIAÇÃO SOBRE NECESSIDADE E FORMAS DE DESCENTRALIZAÇÃO; DEFINIÇÃO DE PLANO, COM CRONOGRAMA, DEFINIÇÃO E EQUIPES E EQUIPAMENTOS.
CAPACITAÇÃO DE OSC'S	64	- CAPACITAÇÃO SOBRE SUAS, SOBRE REDES DE ATENDIMENTO. CAPACITAÇÃO SOBRE CAPTAÇÃO DE RECURSOS VIA FUNDOS. - CRIAÇÃO DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS, DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO, - CRIAÇÃO DE INSTRUMENTAIS PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - AGENDAS DE DISCUSSÃO DE CASOS, VISANDO NÃO APENAS A RESOLUTIVIDADE DE CASOS ESPECÍFICOS, MAS DE FORMA A SEREM DISPARADORES DE NOVOS FLUXOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	CRIAÇÃO DE GRUPO PARA LEVANTAMENTO DE DEMANDAS; INCLUSÃO NO PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
ARTICULAÇÃO DE REDE SOCIOASSISTENCIAL	65	. CAPACITAÇÃO SOBRE SUAS, SOBRE REDES DE ATENDIMENTO. . CRIAÇÃO DE GT (COM PARTICIPAÇÃO DO CMAS) PARA DISCUSSÃO DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS, DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO, - CRIAÇÃO DE INSTRUMENTAIS PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - AGENDAS DE DISCUSSÃO DE CASOS, VISANDO NÃO APENAS A RESOLUTIVIDADE DE CASOS ESPECÍFICOS, MAS DE FORMA A SEREM DISPARADORES DE NOVOS FLUXOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	CAPACITAÇÃO SOBRE SUAS, FLUXOS, PROCEDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOS ENTRE PROTEÇÕES, SERVIÇOS E REDE SOCIOASSISTENCIAL E A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO. MAPEAMENTO DOS DESAFIOS PARA FORTALECER A ARTICULAÇÃO EM REDE. INCLUSÃO NO PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE.
APOIO TÉCNICO OPERACIONAL AO CMAS	66	- CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS - FORNECER SUBSÍDIOS NORMATIVOS - FORNECER AS ESTRUTURAS FÍSICA E OPERACIONAL NECESSÁRIAS	ELABORAÇÃO DE CURSO PARA CONSELHEIROS DESDE SUAS, FINANCEIROS, PAPEL DO CONSELHEIRO, CONTROLE SOCIAL

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
DAR SUPORTE AO PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS	67	ORGANIZAR COM EXECUTIVA DOS CONSELHOS UM CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTO	REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTOS PRODUTO DO PLANEJAMENTO
MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO	68	ARTICULAR COM O DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO/SECRETARIA DE GOVERNO PARA CONSTRUÇÃO DE HOTSITE DO CONSELHO NA PÁGINA OFICIAL DA PREFEITURA NA INTERNET COM LINK PARA PLATAFORMA DE CREDENCIAMENTO DE CANDIDATOS/ELEITORES E VOTAÇÃO.	QUADRO DE ELEIÇÕES DOS CONSELHOS; CRONOGRAMA POR CONSELHO; ARTICULAÇÃO COM DTI E COMUNICAÇÃO SOCIAL.
ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO CMAS	69	INCENTIVAR CMAS A REVISAR A LEGISLAÇÃO DO CONSELHO PARA FACILITAR O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DO PBF E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS.	CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO DO CMAS
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	70	- INCLUIR A TEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO/CONTROLE SOCIAL NOS TRABALHOS SOCIO EDUCATIVOS DESENVOLVIDOS NAS PROTEÇÕES E SERVIÇOS. - INCENTIVAR E PROMOVER DEBATES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O PAPEL DO CONSELHO E A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL. -PRODUZIR MATERIAL ESPECÍFICO PARA SENSIBILIZAÇÃO E DEBATE DESTA TEMÁTICA.	INCLUSÃO NO PLANEJAMENTO DOS CRAS, O DESAFIO DE FORTALECER A ARTICULAÇÃO DE AÇÕES COM OS ATORES PÚBLICOS, PRIVADOS E DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NO TERRITÓRIO
CONTROLE SOCIAL	71	CRIAR GT PARA DISCUTIR COMO VIABILIZAR A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO, DISCUTIR CRONOGRAMA E METODOLOGIA.	CRIAÇÃO DE GT PARA A IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; PESQUISA SOBRE EXPERIÊNCIAS EM CURSO; PROMOÇÃO E DISCUSSÕES; ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS, CRONOGRAMA E METODOLOGIA; DEFINIÇÃO DE PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO.
ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS	72	SISTEMATIZAR DADOS DA VIGILÂNCIA PERIODICAMENTE PARA APRESENTAÇÃO AO CMAS.	ELABORAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DIDÁTICA
ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS	73	CAPACITAR O CMAS PARA QUE COMPREENDA O FUNCIONAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS, SUA LEGISLAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, E AS ESPECIFICIDADES DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. - ORGANIZAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DE FORMA QUE POSSAM SER ACOMPANHADAS MENSALMENTE PELOS CONSELHEIROS OU COMISSÃO ESPECIFICA.	ELABORAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA OS CONSELHEIROS; ELABORAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DIDÁTICAS PARA O CMAS, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS.
TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES	74	.CMAS REALIZAR ANUALMENTE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA CONFERIR O MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS DE CONFERÊNCIAS; . SUBMETER FLUXOS E PROTOCOLOS À APRECIÇÃO DO CMAS . PUBLICIZAR O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IMPRESSÃO DOS ESTUDOS DIAGNÓSTICOS E DO PLANO MUNICIPAL, ETC)	PREPARAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ELABORAÇÃO DE MATERIAL PARA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PUBLICAÇÃO DE MATERIAIS COMO PLANO MUNICIPAL, DIAGNÓSTICOS ENTE OUTROS.
DIVULGAÇÃO DE		ARTICULAR COM SECRETARIA DE	IDENTIFICAÇÃO DE TODOS OS

AÇÃO	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
SERVIÇOS E CAMPANHAS	75	COMUNICAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS, TODOS OS CONSELHOS E POLÍTICA DE ASS. SOCIAL, BEM COMO CAMPANHAS (EX.: DIVULGAÇÃO DISQUE 100, POPULAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS, CAMPANHA SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, DIVULGAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, INCLUINDO ESCLARECIMENTOS PARA OUTRAS SECRETARIAS)	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS; CRONOGRAMA DE CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO; PRODUÇÃO DE MATERIAIS;
PAGINA DE INTERNET DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	76	criação da página pelo setor competente e de fluxo de atualização de informações; incluir aba para utilização dos conselhos, para divulgação	REUNIÕES COM DTI E COMUNICAÇÃO SOCIAL; SITE NO AR
PROCEDER A REGULAMENTAÇÃO REFERENTE A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	77	– PROCEDER AS AÇÕES PARA REGULAMENTAR POR DECRETO NO QUE COUBER A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	PUBLICAÇÃO DE DECRETOS REGULAMENTARES
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS	78	– GARANTIR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS - AQUISIÇÃO DE 1 VEÍCULO PARA CMAS	LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS INCLUSÃO NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO A SEREM DESENVOLVIDOS PELA SPS

14. ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA ORGANIZACIONAL, DE PLANEJAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	IMPLANTAR SISTEMA ORGANIZACIONAL, DE INFORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS.	1	CONTRATAR SERVIÇO E SISTEMA QUE INTERLIGUE A REDE SUAS E GARANTA PROCESSO ORGANIZACIONAL, DE INFORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS		X		
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	GARANTIR CONDIÇÕES PARA DESLOCAMENTOS DE TODAS AS EQUIPES QUE COMPÕE O SUAS NO MUNICÍPIO	2	DESENVOLVER PLANO DE ACESSO A VEÍCULOS PARA COMPOSIÇÃO DE FROTA A SERVIÇO DA SECRETARIA, CONSIDERANDO SER VITAL A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA CADA DOIS CRAS.		X		
ADEQUAÇÃO DE SETORES	CONTEMPLAR O PACTO DE APRIMORAMENTO E NOB	3	<ul style="list-style-type: none"> – PROCEDER REVISÃO ESTUDOS E DEFINIÇÃO DE FLUXOS E ROTINAS DE AÇÕES – CRIAR NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE – ACOMPANHAR PROCESSO DE REFORMA ADMINISTRATIVA. 	X	X		
CRIAÇÃO DE CARGOS	ADEQUAR RH CONFORME DEMANDA DA SPS	4	<ul style="list-style-type: none"> – REVISAR DEMANDA DE PROFISSIONAIS PARA OS SERVIÇOS E PROGRAMAS, INCLUSIVE COM LEVANTAMENTO DE CUSTO; - ACOMPANHAR PROCESSO DE REFORMA ADMINISTRATIVA, ATENTOS A POSSIBILIDADES DE ADEQUAÇÕES 		X	X	X
EDUCAÇÃO PERMANENTE	CAPACITAR TRABALHADORES DO SUAS (INCLUINDO OSCS) E CONSELHOS DE DIREITOS	5	– CRIAÇÃO DE EQUIPE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE.	X			
		6	ELABORAR E EXECUTAR O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, OBSERVANDO AS SEGUINTE DIRETRIZES: <ul style="list-style-type: none"> – CAPACITAR PARA APRIMORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS – QUE PROMOVA A VALORIZAÇÃO, ATUAÇÃO E PERTENÇA AO SUAS DO MUNICÍPIO; – QUE CONTEMPLA AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE CADA GERÊNCIA, DEPARTAMENTO E SERVIÇOS; – QUE DIRECIONE-SE A TODA A REDE SOCIOASSISTENCIAL; – QUE PROMOVA A OPERAÇÃO, INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO; CONSIDERANDO ESPAÇOS DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS 		X		

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
SUPERVISÃO TÉCNICA	QUALIFICAR ATUAÇÃO TÉCNICA	7	CONTRATAR PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA ATENDER AOS SERVIÇOS NA SUPERVISÃO TÉCNICA.		X		
ESTRUTURAR O PROCESSO DE TRABALHO.	GARANTIR PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO EFICAZ E EFICIENTE DOS SERVIÇOS	8	<ul style="list-style-type: none"> – CRIAR EQUIPE DE GESTÃO DO TRABALHO, PARA; DESENVOLVER PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO; – ORIENTAR E PROMOVER PROCESSO DE REVISÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS. – PROMOVER A NORMATIZAÇÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS. – PROMOVER AÇÕES DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL – ASSESSORAR E ACOMPANHAR AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE 	X	X	X	X
PLANEJAMENTO DAS UNIDADES E ÓRGÃO GESTOR	EFETIVAR ANUALMENTE O PLANEJAMENTO DAS UNIDADES E DO ÓRGÃO GESTOR.	9	ORGANIZAR COM PROTEÇÕES O PLANEJAMENTO ANUAL DOS SERVIÇOS / UNIDADES; ESTABELECE CRONOGRAMA; INCLUIR ITENS QUE COMPORÃO PLANO DE AÇÃO (ANUAL)	X	X	X	X
ACOLHIDA AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	MELHORAR ACOLHIDA AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	10	REVER LAYOUT DE RECEPÇÃO DAS UNIDADES, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DA PESSOA IDOSA, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, MULHERES COM CRIANÇAS, CRIANÇAS, ENTRE OUTRAS.		X		
AGILIZAR PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.	VIABILIZAR CELERIDADE NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	11	<ul style="list-style-type: none"> – PROPICIAR AGILIDADE NA ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA – CAPACITAR UM TÉCNICO DE REFERÊNCIA DE CADA PROTEÇÃO E SERVIÇO 		X	X	X
ORGANIZAR ELABORAÇÃO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS	GARANTIR PROCESSOS PARTICIPATIVOS PARA ELABORAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	12	<ul style="list-style-type: none"> – REALIZAR ENCONTRO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO ENVOLVENDO GERÊNCIAS DAS PROTEÇÕES E RESPONSÁVEIS POR SERVIÇOS E DIVISÕES. .ESTABELECE CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DE LDO, LOA E PPA, COM ANTECEDÊNCIA AOS PRAZOS LEGAIS. .SUBMETER LDO, LOA E PPA AO CMAS PARA APRECIÇÃO ANTES DO ENVIO DA PROPOSTA À SECRETARIA DE FINANÇAS. 		X	X	X
CRIAR CENTRAL DE CUSTOS	SUBSIDIAR TERMOS DE COLABORAÇÃO	13	<ul style="list-style-type: none"> – LISTAR SERVIÇOS; - LEVANTAR OS CUSTOS COM OS SERVIÇOS; - ESTUDO DE CUSTEIO ORÇAMENTÁRIO - PUBLICIZAR DADOS 		X		

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
MONITORAMENTO	INSTITUIR PROCESSO DE MONITORAMENTO	14	DESIGNAR EQUIPE VIA REMANEJAMENTO INTERNO; ESTRUTURAR AÇÕES E RESPONSABILIDADES, BEM COMO FLUXO DE TRABALHO		X		
COLETA DE INFORMAÇÕES	LEVANTAR DADOS PARA APRIMORAR DIAGNOSTICO DO MUNICÍPIO	15	* APERFEIÇOAR O SISTEMA (SOCIAL (WEB)) *APRIMORAR INSTRUMENTAIS; *APRIMORAR INSTRUMENTAIS DOS SERVIÇOS DA MÉDIA COMPLEXIDADE; *REALIZAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS		X	X	X
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	TER DIAGNOSTICO SOCIOTERRITORIAL PARA EMBASAR O PLANEJAMENTO E TOMADAS DE DECISÃO	16	CONTRATAR ASSESSORIA OU EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL PARA LEVANTAMENTO DE DEMANDAS DOS USUÁRIOS E NECESSIDADE DE COBERTURA DE SERVIÇOS, BEM COMO DETALHES DE INDICADORES E DEMANDAS POR TERRITÓRIO DE CRAS, INCIDÊNCIA E GEORREFERENCIAMENTO DE DEMANDA DO PÚBLICO DO CREAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL; – CONSIDERAR AÇÃO CONJUNTA COM A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INCLUSIVE DESTRINCHANDO O CENSO 2022		X	X	
INDICADORES SOCIAIS	GERAR INDICADORES PARA AUXILIAR NA GESTÃO DE TERRITÓRIO	17	CAPACITAR EQUIPE DE VIGILÂNCIA EM RELAÇÃO A NECESSIDADES DO SETOR, ESPECIALMENTE QUANTO À PRODUÇÃO DE INDICADORES PARA AUXILIAR NA GESTÃO DE TERRITÓRIO	X	X	X	X
COMISSÃO PERMANENTE DE VIGILÂNCIA	APERFEIÇOAR A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	18	INSTITUIR COMISSÃO PERMANENTE PARA DISCUTIR VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL COM A REDE DE SERVIÇOS socioassistenciais MUNICIPAL E REGIONALMENTE	X			
ADEQUAÇÃO DE RH NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	AMPLIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA	19	VISITAS DO CNEAS; MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS QUE SÃO ENCAMINHADOS A ESTA DIVISÃO; DEVOLUTIVA ÀS GERÊNCIAS E EQUIPAMENTOS; FORMULAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS COM RELAÇÃO AOS DADOS ENCAMINHADOS ATRAVÉS DOS RMA'S; DEFINIÇÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS.		X		
ATENDIMENTO TERRITORIAL A TODOS	GARANTIR ATENDIMENTO A PESSOAS QUE RESIDEM DISTANTE DOS CRAS	20	-REALIZAR ESTUDO NO TERRITÓRIO PARA ATENDIMENTO A USUÁRIOS QUE RESIDAM DISTANTES DO CRAS, VISANDO A MELHOR VIABILIDADE PARA O MUNICÍPIO COMO OS RECURSOS DE EQUIPES VOLANTES E/ OU CRAS ITINERANTE. - PLANEJAR E DESENVOLVER AÇÕES PARA O ATENDIMENTO AOS	X	X	X	X

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
			MUNICÍPIES QUE RESIDEM DISTANTE DOS CRAS – DISPONIBILIDADE DE TRANSPORTES DOS FUNCIONÁRIOS AOS TERRITÓRIOS.				
DESENVOLVER OFICINAS DE TERRITORIALIZAÇÃO	EFETIVAR PROCESSO DO TRABALHO SOCIAL COM SUAS INTERFACES	21	REALIZAR TRABALHO SOCIAL COM CONHECIMENTO DE SUAS INTERFACES; TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITÓRIO, DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E CONSTITUIÇÃO DO MAPA DO TERRITÓRIO COM AS POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES.	X	X	X	X
AMPLIAR E QUALIFICAR A BUSCA ATIVA	CONSOLIDAR, INTEGRAR E EXPANDIR A PROTEÇÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	22	– REALIZAR ESTUDOS E MÉTODOS PARA O TRABALHO SOCIAL E TERRITÓRIO EM AÇÃO; INCLUIR OS INVISÍVEIS, OU SEJA, AQUELES QUE NÃO POSSUEM DOCUMENTAÇÃO CIVIL. QUE MIGRAM DE ENDEREÇO COM MUITA FREQUÊNCIA, VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA, PERTENCEM A POPULAÇÕES TRADICIONAIS, HABITAM EM LOCAIS ISOLADOS, OU ATÉ MESMO, AQUELES QUE SIMPLEMENTE NÃO CONHECEM OS DIREITOS QUE TEM.	X	X	X	X
APRIMORAR O PAIF	MELHORAR O SERVIÇO DO PAIF	23	– TRABALHAR PREFERENCIALMENTE COM; GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO, ENCAMINHAMENTO, AÇÃO E OFICINA. DESENVOLVER ESTRATÉGIA E PARCERIA EM REDE NO TERRITÓRIO	X	X	X	X
CRIAÇÃO DE EQUIPE PARA GERENCIAR AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E SCFV	QUALIFICAR, DIVERSIFICAR, ACOMPANHAR E ATENDER AS DEMANDAS DO SCFV	24	– INSTITUIR EQUIPE, PARA DESENVOLVER PLANEJAMENTO, E ACOMPANHAR EXECUÇÃO E PROMOVER AVALIAÇÃO DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E DO SCFV – REALIZAR TRABALHO EM REDE/PARCERIAS COM OUTRAS SECRETARIAS E SERVIÇOS, A FIM DE OPORTUNIZAR ATENDIMENTO DIVERSIFICADO QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS; – REALIZAR LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÃO DAS DEMANDAS E DA EXECUÇÃO DO SCFV, CONSIDERANDO TRABALHADORES, PERFIL PROFISSIONAL, NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DAS AÇÕES, ATIVIDADES E DE CAPACITAÇÃO, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS; – OFERTAR SCFV PARA ADULTOS, INCLUSIVE ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	X	X	X	X
OFERTAR REFEIÇÕES NO SCFV	OFERECER REFEIÇÃO NUTRITIVA E	25	– CONSTRUIR OU ADAPTAR COZINHAS PARA POSSIBILITAR A PREPARAÇÃO DAS REFEIÇÕES		X	X	X

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
	SUBSTANCIOSA, SUBSTITUINDO ASSIM A OFERTA DE LANCHES ATUAL		– CONTRATAÇÃO DE RH, PARA O TRABALHO NAS COZINHAS.				
VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV	AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NOS SERVIÇOS	26	-DESENVOLVER ESTRATÉGIAS E PARCERIAS VISANDO A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS NO SCFV. – OFERTAR E AMPLIAR O ALCANCE DO PÚBLICO MASCULINO NOS SERVIÇOS.		X		
IMPLANTAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA	OFERTAR ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA VISANDO O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS	27	ELABORAÇÃO DE PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA, CONSIDERANDO; (CUIDADOS BÁSICOS DO DIA A DIA, INCLUSÃO SOCIAL, ACESSO A BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS, PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE CONVÍVIO, MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA) – VIABILIZAR AS CONDIÇÕES E PARCERIAS PARA IMPLANTAÇÃO.		X	X	
DESENVOLVER PROCESSO DE ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	APRIMORAR ABORDAGEM A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	28	DEFINIR EQUIPE ESPECÍFICA DE ABORDAGEM SOCIAL (SITUAÇÃO DE RUA); AVALIAR POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAR O SERVIÇO.		X	X	X
DIFUNDIR OS DIREITOS DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	SENSIBILIZAR SOCIEDADE CIVIL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS.	29	FORMAÇÃO SOBRE POPULAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS PARA TODOS OS TRABALHADORES DA SPS E AOS SERVIÇOS DE OUTRAS SECRETARIAS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, TRABALHO E RENDA), BEM COMO SOCIEDADE CIVIL.		X	X	X
MELHORAR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	APRIMORAR SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	30	VIABILIZAR ESTRUTURA PARA MSE: ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE P/ ATENDIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO; -OFERECER TRANSPORTE E ESTRUTURA PARA PÚBLICO DA MSE PARTICIPAR DE CONFERÊNCIAS; ELABORAR PROJETOS PARA ACESSO AO FMDCA PARA USO NA MSE;		X	X	X
		31	ARTICULAR COM SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA E OSC PARA CRIAR PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO JOVEM APRENDIZ / PRIMEIRO EMPREGO AO PÚBLICO MSE		X		
		32	REALIZAR NOVAS PARCERIAS PARA OFERTA DE PSC (MSE);		X	X	X

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
			-PROMOVER AÇÕES DE CONSTRUÇÃO CONJUNTA (CREAS/POSTO DE PRESTAÇÃO) DE METAS DO PIA NOS CASOS DE PSC (MSE)				
		33	INSTITUIR ASSEMBLEIA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA;		X	X	X
MELHORAR SERVIÇO DO CENTRO POP	OFERTAR SERVIÇO DE MAIOR QUALIDADE AOS USUÁRIOS DO CENTRO POP	34	FORMALIZAR PARCERIA COM SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE, OU CONTRATAR OFICINEIROS, PARA OFERTAR ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA NO CENTRO POP		X		
		35	APRIMORAR INFRAESTRUTURA DO CENTRO POP, ATRAVÉS DE REFORMA QUE CONSIDERE AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, INCLUINDO QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PET.		X	X	
		36	CONSTRUIR AGENDA COM OS TERRITÓRIOS EM PARCERIA COM CRAS / ESCOLAS/ UNIDADES DE SAÚDE, PARA TRABALHAR COM A SOCIEDADE CIVIL A TEMÁTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS		X	X	X
FOMENTAR AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL	ESTRUTURAR E FORMALIZAR A EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL	37	REALIZAR DIAGNÓSTICO SOBRE A SITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E ATENDIMENTO DA REDE NO MUNICÍPIO.		X		
		38	OFERTAR ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SEAS)		X		
		39	ELABORAR E FORTALECER O FLUXO DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS ÀS FAMÍLIAS E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL		X		
APRIMORAR O PAEFI	APRIMORAR O PAEFI	40	CRIAR ESPAÇO DE DIALOGO E FORMAÇÃO PERMANENTE ENTRE CRAS E CREAS (MATRICIAMENTO)	X	X		
		41	GARANTIR MENSALMENTE ATENDIMENTOS COLETIVOS PARA FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAEFI		X	X	
		42	ARTICULAR COM A DRADS A TROCA DE EXPERIÊNCIAS DO PAEFI DOS MUNICÍPIOS, PODENDO SER GRUPO TEMÁTICO SOBRE CREAS, VIA CONSÓCIO INTERMUNICIPAL DO ABC.		X	X	
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO – MODALIDADE REPÚBLICA	REALIZAR ESTUDO DA VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO POR MEIO DO	43	CONHECER OUTRAS EXPERIÊNCIAS; SOLICITAR APOIO TÉCNICO DA DRADS E MDS; SOLICITAR APOIO JURÍDICO E DO CMAS; REALIZAR ESTUDO DE CUSTO INCENTIVAR CRIAÇÃO DE GT INTERMUNICIPAL PARA ESTUDO,		X	X	

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL (SERVIÇO REGIONALIZADO)		ELABORAÇÃO ENCAMINHAMENTOS, DEFINIÇÕES E VIABILIZAÇÃO DA PROPOSTA.				
FAMÍLIA ACOLHEDORA	REALIZAR ESTUDO DA VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO	44	CRIAR GT DO TEMA; CONHECER OUTRAS EXPERIÊNCIAS; SOLICITAR APOIO TÉCNICO DA DRADS E MDS; SOLICITAR APOIO JURÍDICO E DO CMAS; REALIZAR ESTUDO DE CUSTO -REVISÃO DA LEI 3925/06 E 5374/18		X		
APRIMORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO (ALBERGUE)	APRIMORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS	45	– TRANSFERIR E TER LOCAL EXCLUSIVO PARA OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS, COM EQUIPE TAMBÉM EXCLUSIVA A ESTE SERVIÇO (AVALIAR POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAR EQUIPE) . PLEITEAR RECURSOS ESTADUAIS P/MELHORAR O SERVIÇO; ADEQUAR O SERVIÇO AO TEXTO DE ORIENTAÇÃO PARA O REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO ADULTA E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA			X	
TRABALHAR AUTONOMIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA USUÁRIOS DO ALBERGUE E PÚBLICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ADULTO	DESENVOLVER PROCESSO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E BUSCA DE AUTONOMIA PARA USUÁRIOS DO SERVIÇO DE ALBERGUE E ADULTOS EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO.	46	– IDENTIFICAR ENTRE AS PESSOAS ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE, AS QUE APRESENTAM POTENCIAL DE DESACOLHIMENTO. – DESENVOLVER PLANOS INDIVIDUAIS DE ATENDIMENTO COM ESTA FINALIDADE PARA ESTES USUÁRIOS. – DESENVOLVER PLANOS INDIVIDUAIS DE ATENDIMENTO PARA OS USUÁRIOS DO ALBERGUE VISANDO A SAÍDA DA SITUAÇÃO DE RUA. – FORTALECER ARTICULAÇÃO E AÇÃO INTERSETORIAL (SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E TRABALHO E RENDA....)		X	X	X
FORTALECER AÇÕES PARA DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OU QUE EVITEM	INVESTIR EM AÇÕES PARA EVITAR ACOLHIMENTO E GARANTIR DESACOLHIMENTO COM	47	– CONCRETIZAR PROCESSO QUE APROVE E REGULAMENTE A LEI DE AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA FORTALECER NÚCLEO FAMILIAR, NOS CASOS DE DESACOLHIMENTO E OU PARA EVITAR ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. – GARANTIR ACESSO A FRENTE DE TRABALHO		X	X	X

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
ACOLHIMENTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	AÇÕES QUE FORTALEÇAM NÚCLEO FAMILIAR E OU AUTONOMIA DE ADOLESCENTES		– DESENVOLVER PROCESSO DE PLANO INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR PARA CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE ACOLHIDO INSTITUCIONALMENTE. – PROMOVER ARTICULAÇÃO E AÇÕES INTERSETORIAL E COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL. - - DESENVOLVER PROGRAMA DE APADRINHAMENTO				
MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	APRIMORAR ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS R.I.	48	PROPOR AGENDA COM SAÚDE PARA DISCUTIR PÚBLICO DA RI, QUE NÃO É CASO DE TRANSTORNO MENTAL CRIAÇÃO DE GT ENTRE SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, PARA MELHOR ATENDIMENTO DO PÚBLICO ALVO ATENDIDO NAS RI'S		X		
MELHORAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOA IDOSA	APRIMORAR ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA EM ACOLHIMENTO	49	– PACTUAR COM A SECRETARIA DE SAÚDE O ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE ACOLHIMENTO DE PESSOA IDOSA COM GRAU DE DEPENDÊNCIA III, ADVINDOS DA ILPI, CONVENIADA COM A SPS		X		
IMPLANTAR LAVANDERIA COMUNITÁRIA	OFERTAR MELHORES CONDIÇÕES AO PÚBLICO DESTE SEGUIMENTO	50	ATENDIMENTO COM DIAS AGENDADOS, ACOMPANHADOS POR SERVIDOR PARA ORIENTAÇÕES E MANUSEIO DOS EQUIPAMENTOS			X	
IMPLANTAÇÃO DE CASA DE PASSAGEM PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE	ACOLHER PROVISORIAMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL	51	OFERECER ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFASTADOS DO NÚCLEO FAMILIAR, SITUAÇÃO DE ABANDONO, IMEDIATO E EMERGENCIAL; ACOLHIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PELO JUDICIÁRIO		X	X	
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	MELHORAR INFRAESTRUTURA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO	52	COMPRA DE MOBÍLIA E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE ATENDIMENTO; REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTO DO CADUNICO PARA UNIDADES;		X	X	
ACESSO A INTERNET PARA O CENTRO POP	VIABILIZAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO A SERVIÇOS NO CENTRO POP	53	IMPLANTAR INFRAESTRUTURA DE INTERNET PARA O CENTRO POP		X		
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE	POSSIBILITAR EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DAS	54	ABASTECER AS UNIDADES COM MATERIAIS DIVERSOS (PAPELARIA, PEDAGÓGICO, INSUMOS DE ARTESANATO, ESCRITÓRIO) PARA	X	X	X	X

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
CONSUMO	PROTEÇÕES SOCIAIS BÁSICA E ESPECIAL COM QUALIDADE		REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PREVISTAS NOS PLANEJAMENTOS LOCAIS. .POTES E GARRAFAS PARA RECEPÇÕES DOS SERVIÇOS				
MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA	MELHORAR INFRAESTRUTURA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO	55	GARANTIR CONTINUIDADE NOS PROCESSOS DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA SPS	X	X	X	X
IDENTIFICAR EQUIPAMENTOS DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS	56	DESENVOLVER PROCESSO DE AQUISIÇÃO, CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO EM TODOS OS EQUIPAMENTOS DA SPS		X		
SEGURANÇA DAS UNIDADES	IMPLANTAR EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS QUE GARANTAM A SEGURANÇA DAS UNIDADES EXTERNAS DE ATENDIMENTO	57	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA; - PACTUAR AÇÕES ESPECÍFICAS JUNTO A SSP. ADQUIRIR CÂMERAS E ALARMES, GRADES, INSTALAR E TER MONITORAMENTO DA GCM			X	
FORMAÇÃO SOBRE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	MELHORAR UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	58	FORMAÇÃO COM TRABALHADORES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DO RECURSO PARA BENEFICIO EVENTUAL, E MELHORIA DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTO		X		
REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	REGULAMENTAR OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS A NÍVEL MUNICIPAL	59	– CRIAÇÃO DE GRUPO PARA DESENVOLVER AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA REGULAMENTAÇÃO NO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI 5.805/2022.	X			
DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	REALIZAR DIAGNOSTICO DE DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	60	– CONSIDERAR OS INDICADORES A SEREM PRODUZIDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ORGANIZACIONAL, INFORMATIZAÇÃO E SISTEMA DE DADOS PARA EXTRAÇÃO DE INDICADORES QUE APONTEM AS DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO.		X	X	
APRIMORAR A GESTÃO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE	APRIMORAR O GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS	61	PLANEJAR PROCEDIMENTOS E FLUXOS		X	X	

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
RENDA							
ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	PROMOVER ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES DA REDE INTERSETORIAL PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO	62	. DISCUTIR COM AS COORDENAÇÕES DE CADA UNIDADE DO SUAS AS FORMAS DE APROXIMAÇÃO COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS (FORMAR COMISSÃO PARA DISCUSSÃO) - PROMOVER DIÁLOGOS COM INSS, SECRETARIA DE SAÚDE, TRABALHO E RENDA, EDUCAÇÃO (MUNICIPAL E ESTADUAL), SEGURANÇA ALIMENTAR; JUDICIÁRIO; - EXPLANAR O PAPEL DO SUAS, A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE E O PAPEL DOS DIVERSOS ATORES NA COMPOSIÇÃO DESSA REDE. - ESTABELECEER PROCEDIMENTOS, FLUXOS E FORMAS DE ENCAMINHAMENTO		X	X	X
TERRITORIALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	TERRITORIALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	63	CRIAR GT PARA CONSTRUIR PLANO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO; . DEFINIR CRONOGRAMA E GARANTIR EQUIPE NECESSÁRIA		X		
CAPACITAÇÃO DE OSC'S	REGULARIZAR ORGANIZAÇÕES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E NÃO ESTÃO INSCRITAS NOS CONSELHOS DE DIREITOS	64	- CAPACITAÇÃO SOBRE SUAS, SOBRE REDES DE ATENDIMENTO. CAPACITAÇÃO SOBRE CAPTAÇÃO DE RECURSOS VIA FUNDOS. - CRIAÇÃO DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS, DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO, - CRIAÇÃO DE INSTRUMENTAIS PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - AGENDAS DE DISCUSSÃO DE CASOS, VISANDO NÃO APENAS A RESOLUTIVIDADE DE CASOS ESPECÍFICOS, MAS DE FORMA A SEREM DISPARADORES DE NOVOS FLUXOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.		X	X	
ARTICULAÇÃO DE REDE SOCIOASSISTENCIAL	PROMOVER ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	65	. CAPACITAÇÃO SOBRE SUAS, SOBRE REDES DE ATENDIMENTO. . CRIAÇÃO DE GT (COM PARTICIPAÇÃO DO CMAS) PARA DISCUSSÃO DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS, DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO, - CRIAÇÃO DE INSTRUMENTAIS PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - AGENDAS DE DISCUSSÃO DE CASOS, VISANDO NÃO APENAS A RESOLUTIVIDADE DE CASOS ESPECÍFICOS, MAS DE FORMA A SEREM DISPARADORES DE NOVOS FLUXOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.		X	X	
APOIO TÉCNICO OPERACIONAL AO CMAS	GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO CMAS	66	- CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS - FORNECER SUBSÍDIOS NORMATIVOS - FORNECER AS ESTRUTURAS FÍSICA E OPERACIONAL NECESSÁRIAS		X	X	
DAR SUPORTE AO	MELHORAR	67	ORGANIZAR COM EXECUTIVA DOS CONSELHOS UM CRONOGRAMA DE		X	X	X

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS	PLANEJAMENTO DOS CONSELHOS		PLANEJAMENTO				
MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO	MODERNIZAR PROCESSOS DE ELEIÇÃO	68	ARTICULAR COM O DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO/SECRETARIA DE GOVERNO PARA CONSTRUÇÃO DE HOTSITE DO CONSELHO NA PÁGINA OFICIAL DA PREFEITURA NA INTERNET COM LINK PARA PLATAFORMA DE CREDENCIAMENTO DE CANDIDATOS/ELEITORES E VOTAÇÃO.		X	X	X
ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO CMAS	ATUALIZAR LEGISLAÇÃO DO CMAS	69	INCENTIVAR CMAS A REVISAR A LEGISLAÇÃO DO CONSELHO PARA FACILITAR O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DO PBF E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS.		X		
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	AUMENTAR PARTICIPAÇÃO DE USUÁRIOS E DA SOCIEDADE CIVIL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA	70	– INCLUIR A TEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO/CONTROLE SOCIAL NOS TRABALHOS SOCIO EDUCATIVOS DESENVOLVIDOS NAS PROTEÇÕES E SERVIÇOS. – INCENTIVAR E PROMOVER DEBATES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O PAPEL DO CONSELHO E A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL. -PRODUZIR MATERIAL ESPECÍFICO PARA SENSIBILIZAR E DEBATER A TEMÁTICA.	X	X	X	X
CONTROLE SOCIAL	INSTITUIR CONSELHOS GESTORES EM TODOS OS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	71	CRIAR GT PARA DISCUTIR COMO VIABILIZAR A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO, DISCUTIR CRONOGRAMA E METODOLOGIA.	X			
ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS	SISTEMATIZAR O ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PELO CMAS	72	SISTEMATIZAR DADOS DA VIGILÂNCIA PERIODICAMENTE PARA APRESENTAÇÃO AO CMAS.		X	X	X
ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS	SISTEMATIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PELO CMAS	73	CAPACITAR O CMAS PARA QUE COMPREENDA O FUNCIONAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS, SUA LEGISLAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, E AS ESPECIFICIDADES DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. - ORGANIZAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DE FORMA QUE POSSAM SER ACOMPANHADAS MENSALMENTE PELOS CONSELHEIROS OU COMISSÃO ESPECÍFICA.		X	X	X
TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES	TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES REFERENTES A	74	.CMAS REALIZAR ANUALMENTE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA CONFERIR O MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS DE CONFERÊNCIAS;		X	X	X

AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO (DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	2022	2023	2024	2025
	ASSISTÊNCIA SOCIAL		. SUBMETER FLUXOS E PROTOCOLOS À APRECIÇÃO DO CMAS . PUBLICIZAR O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IMPRESSÃO DOS ESTUDOS DIAGNÓSTICOS E DO PLANO MUNICIPAL, ETC)				
DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS E CAMPANHAS	DIVULGAR SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CAMPANHAS	75	ARTICULAR COM SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS, TODOS OS CONSELHOS E POLÍTICA DE ASS. SOCIAL, BEM COMO CAMPANHAS (EX.: DIVULGAÇÃO DISQUE 100, POPULAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS, CAMPANHA SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, DIVULGAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, INCLUINDO ESCLARECIMENTOS PARA OUTRAS SECRETARIAS)		X	X	X
PAGINA DE INTERNET DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	PUBLICIZAR DADOS DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E AÇÕES	76	criação da pagina pelo setor competente e de fluxo de atualização de informações; incluir aba para utilização dos conselhos, para divulgação		X		
PROCEDER A REGULAMENTAÇÃO REFERENTE A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	REGULAMENTAR A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	77	– PROCEDER AS AÇÕES PARA REGULAMENTAR POR DECRETO NO QUE COUBER A LEI 5805/2021 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	X	X		
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS	PROPICIAR A ESTRUTURA NECESSÁRIA	78	– GARANTIR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DOS CONSELHOS AFETOS À SPS - AQUISIÇÃO DE 1 VEÍCULO PARA CMAS	X	X	X	X

15. REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de Outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm].

BRASIL. Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da assistência Social (LOAS)**. 07 de dezembro de 1993. Diário Oficial da União. 08 dez 1993.

CNAS. Resolução 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social**. Diário Oficial da União. 26 out 2004.

CNAS. Resolução 07, de 18 de maio de 2016. **II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026)**. Disponível em: [<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2016/resolucao-cnas-n-7-3.pdf/download>].

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS**. Disponível em [<http://www.iprs.seade.gov.br/ipvs2010/view/index.php>].

GENTILINI, João Augusto. **Atores, cenários e planos: o planejamento estratégico situacional e a educação**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 44, n. 153, p. 580-601, set. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/198053142954>.

MAUÁ. Lei 5.210, de 18 de abril de 2017. **Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Mauá, no que se refere aos órgãos de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Direta, cria o respectivo quadro de pessoal comissionado e função de confiança e dá outras providências**. Diário Oficial de Mauá. Disponível em [dom.maua.sp.gov.br/legislaçãonumero.aspx]

MDS (BR). Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015. **Regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e dá outras providências**. Diário Oficial da União. 11 dez 2015.

MDS (BR). Lei 12.435, de 06 de julho de 2011. **Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Diário Oficial da União. 07 Jul 2011.

MDS. Portaria 517, de 20 de dezembro de 2017. **Altera as Portarias nº 754, de 20 de outubro de 2010, e nº 256, de 19 de março de 2010, do Ministério do Desenvolvimento Social, que estabelecem ações, normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão e execução descentralizadas do Programa Bolsa-Família, no âmbito dos municípios, estados e Distrito Federal**. Diário Oficial da União. 21 dez 2017.

MDS. Portaria 36, de 25 de abril de 2014. **Dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único da Assistência Social, decorrentes do monitoramento da execução financeira realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. 28 abr 2014.

MDS. Portaria 65, de 29 de março de 2018. **Dispõe sobre os procedimentos para a unificação dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.** Disponível em: [<http://www.bsgestaopublica.com.br/index.php/portariasnas65>].

16. ANEXO: RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO PLANO



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Criado pela Lei Municipal n.º 2.771 de 12/09/97.

Regulamentado pelo Decreto n.º 5.751 de 24/10/97.

Rua Luís Mariani, 96 – Vila Ana Maria, Mauá/ SP

CEP: 09390-050 Tel: (11) 4555-1999 E-mail: cmas@maua.sp.gov.br

RESOLUÇÃO CMAS N.º 109/2022

“Aprova Plano Municipal de Assistência Social de Mauá – 2022-2025”

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAUÁ – SP, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e a Lei Municipal nº 2.771 de 12/09/1997, em reunião extraordinária de 15 de setembro de 2022, registrada na ata nº 082/22;

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2022– 2025.

Mauá, 15 de setembro de 2022.


MÔNICA CÉLIA GONÇALVES BARBOSA M ARTIS
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social